

■ Instruções, como votar

■ **Proposta A**

MELHORAR OS ESTATUTOS PARA REFORÇAR O SINDICATO

■ **Proposta B**

ACÇÃO, UNIDADE E LUTA – UM SPGL FORTE E PRESENTE

■ **Proposta C**

AUTONOMIA SINDICAL / DEVOLVER O PODER AOS PROFESSORES

■ **Proposta D**

POR UM SINDICALISMO DEMOCRÁTICO E COMBATIVO

■ Mesas de voto



Nº 261 JANEIRO. 2014 . MENSAL . 0.50€

ReVISÃO

DOS ESTATUTOS

23 janeiro
2014

DO SPGL

SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



PACC : Enorme resposta dos professores foi proporcional à humilhação a que o MEC os quis sujeitar



LEITURAS



Streeck, Wolfgang
Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático
 Actual, Coimbra, 2013.

“«Comprar tempo» é a tradução literal de uma expressão inglesa: ‘buying time’, o que significa adiar um acontecimento iminente, na tentativa de ainda o impedir” (p.18). Esta definição, do sociólogo alemão Wolfgang Streeck pretende sintetizar o modo como o capitalismo posterior à Segunda Guerra Mundial, num contexto social e político em que era constringido a autolimitar-se, e, tacitamente, a aceitar o Estado social na Europa Ocidental,

foi, através de sucessivas fugas para a frente, adiando as crises económicas e sociais que, a partir da década de noventa e no novo milénio, eclodiram. Primeiro, a inflação, depois, o endividamento público e, por fim, o endividamento privado mantiveram a ilusão de prosperidade até finais dos anos oitenta do século passado, período em que as taxas de crescimento não mais cessaram de cair a pique: de uma média anual de 4%, em 1988, para uma série de 34 países industrializados para apenas 1% entre 2009 e 2011 (p. 248).

O fim do ciclo inflacionista traduziu-se no enfraquecimento e na perda de poder negocial dos sindicatos que viram o seu poder de reivindicarem salários ajustados à inflação posto definitivamente em causa. O ciclo do endividamento público substituiu o anterior, sobretudo entre 1980 e 1993, seguindo-se-lhe, após as políticas de consolidação orçamental dos finais do século passado e inícios do século XX, o do capitalismo a crédito. O endividamento público não resultou das exigências desproporcionadas dos beneficiários das políticas sociais, mas sobretudo da regressividade fiscal, já que a partir dos anos oitenta do século passado as receitas fiscais dos principais países industrializados estagnaram, não acompanhando o aumento das despesas públicas, em consequência da redução da tributação sobre os rendimentos do topo. Os programas de consolidação orçamental geraram, sobretudo, cortes nas prestações e políticas sociais do Estado de bem-estar. No entanto, o capitalismo a crédito, que substituiu o anterior, permitiu, durante algum tempo, manter a ilusão de prosperidade, através da pri-

vatziação de algumas funções do Estado, de que se destaca a explosão dos fundos privados de pensão, subscritos por uma classe média aparentemente próspera, bem como do consumismo alimentado pelo crédito bancário. A crise de 2008-2009, surge como uma ‘mudança de paradigma’. No capitalismo democrático do pós-Segunda Guerra Mundial, em que os trabalhadores conseguiram importantes conquistas, a justiça social predominava sobre a justiça de mercado. No novo contexto, acontece precisamente o contrário: é a ‘justiça de mercado’, em que cada um é avaliado pelo seu desempenho num contexto de competição e guerra económica, que se torna predominante. Segundo esta forma de justiça, o mundo divide-se eternamente em ganhadores e perdedores. A justiça social, que é uma justiça redistributiva, é considerada um obstáculo à realização da primeira. Neste sentido, inverte-se completamente a situação precedente: ao capitalismo democrático sucede um capitalismo sem democracia (social), em que os custos da crise são pagos pelo desmantelamento do Estado social e pelas classes trabalhadoras através de um processo de extorsão que transfere rendimentos da base para o topo, favorecendo uma oligarquia parasitária de ‘rentistas’ que se alimenta dos juros acumulados do endividamento público. Por isso, hoje mais do que nunca, é necessário ‘expropriar os expropriadores’, antes que estes exterminem uma população trabalhadora cada vez mais desprotegida e empobrecida.

Joaquim Jorge Veiguiña

É CADA VEZ MAIS NECESSÁRIO REFORÇAR OS SINDICATOS

1. Num momento em que, apesar de todas as resistências, boa parte das sociedades europeias mergulham num retrocesso social, nomeadamente através da desvalorização do valor do trabalho, traduzido não só no regresso intencional a salários de miséria mas também na explosão do fenómeno do desemprego, os sindicatos – eles próprios marcados, a diversos níveis, por essa mesma crise (vejam-se as baixas taxas de sindicalização, a dificuldade em sindicalizar os mais jovens, os constrangimentos financeiros,...) - surgem, mesmo assim, como espaços privilegiados de resistência, de denúncia e de luta. Como espaços de solidariedade, onde o ideal de justiça social continua a nortear as tomadas de posição. O fortalecimento dos sindicatos é condição necessária para travar o retrocesso social que “os mercados” (i.e, a direita dos monopólios, dos jogos financeiros e da banca) pretendem de facto consolidar, mesmo que com fingimentos e “lágrimas de crocodilo” nos pretendam fazer crer o contrário.

2. O fortalecimento dos sindicatos exige, da parte destes, uma total transparência dos seus objetivos e um funcionamento democrático que, assumindo as diferenças existentes entre os trabalhadores que representam, possibilitem a mais ampla participação de todos na definição das políticas a seguir. Tem sido essa a postura do SPGL. E a revisão em curso dos estatutos do nosso sindicato - a votação “presencial” é no próximo dia 23 e a por correspondência está já em marcha – pretende exatamente melhorar o funcionamento e incentivar a participação de todos na vida do maior sindicato de docentes do país. Na página do SPGL na internet encontrará os textos completos das propostas de revisão apresentadas pela direção e por diversos sócios e no dossier deste número uma síntese dos objetivos de cada uma das propostas. VOTE! Até porque a votação só será válida se votarem pelo menos 10% dos sócios.

3. Aos sindicatos, exatamente porque orientados por critérios de justiça social, cabe um papel determinante na defesa da qualidade e universalidade da escola pública, uma das mais generosas propostas da revolução de Abril, em boa parte conseguida, mas vítima nos tempos atuais de uma campanha infame que visa a sua destruição. Ignorando os factos da história recente que evidenciam os seus efeitos de desastre e de injustiça sociais, o governo pretende lançar entre nós a política do “cheque-ensino”. Ludibriando (intencionalmente) os menos informados com o recurso a uma falaciosa “liberdade de escolha”, o governo pretende desviar dinheiros das escolas públicas para as privadas de modo a financiar com dinheiros públicos interesses económicos e colégios a que apenas os mais ricos terão acesso, ao mesmo tempo que se consolidaria uma escola pública de baixa qualidade destinada “às classes populares”. Derrotar este projeto é tarefa de todos os que se reconhecem nos valores de Abril. Os sindicatos têm aí, sem dúvida, um papel essencial; mas será insuficiente se não conseguirem, rompendo sectarismos e preconceitos, juntar a si muitos outros cidadãos, movimentos e organizações cívicas.

4. A Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competência (PACC) pretendeu humilhar os docentes e por em causa as instituições que os formam. Com a enorme luta dos professores e com as mais recentes decisões dos tribunais administrativos e fiscais do Porto e do Funchal pode vir a tornar-se numa humilhação política para a equipa de Nuno Crato. Sejam claros: todos nós exigimos uma alta qualidade na formação dos professores e educadores. Se alguma coisa há que mudar para reforçar essa qualidade, que se investigue e se mude, com o envolvimento das universidades, das escolas superiores de educação e de inúmeros especialistas nessa área. A PACC não tem esse objetivo. A PACC envergonha quem a impôs (ou quis impor). Para já, os professores – liderados pelos sindicatos da FENPROF – estão de parabéns. ■



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Revisão dos Estatutos do SPGL

17 Cidadania

Os novos “constitucionalistas”

18 Reportagem

Escola Marquesa de Alorna – A lógica de projeto no trabalho do dia-a-dia

22 Escola/Professores

22. “PACC” ferida de morte

23. 1ª Conferência Nacional de

Professores e Educadores Aposentados

24. Uma leitura do PISA 2012

25. Caldas da Rainha – SPGL entrega queixa-crime

26. Ensino Superior – Reaver um confisco de 43 milhões

27 Internacional

SPGL e Sindicato dos Educadores do Huambo estabelecem Protocolo

28 Opinião

Um abraço aos professores portugueses

29 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Faltas dadas para doação de sangue e socorrismo; Faltas dadas por doença prolongada

LINHAS de FRONTEIRA

É verdade que a escola pública pode ter várias configurações e que sobre elas podemos ter avaliações diferentes. É verdade que há medidas que, não pondo em causa o princípio da escola pública, a podem enfraquecer. Mas o radicalismo reacionário das intenções já anunciadas deste governo (nomeadamente o cheque-ensino e o alargamento do terreno de intervenção dos interesses privados) pode permitir uma clara definição das fronteiras: há os que defendem a escola pública e há os que a pretendem reduzir a quase nada.

Cerrar fileiras em torno da defesa de uma escola pública que valha a pena, que seja atrativa e eficiente, exige de todos nós uma atitude não dogmática e não sectária. Essa é a condição para termos do nosso lado muita gente com quem poderemos ter fortes divergências em muitas questões de natureza política, pedagógica e educacional. Que pode até não ter exatamente as nossas posições sobre a escola pública. Mas que não aceita a sua destruição ou a sua pauperização.

Temos de reforçar o que nos une – a defesa da escola pública- e não o que nos separa.

Miguel André

Uma leitura do PISA 2012

PÁGINA
24

 Instruções, como votar

 **Proposta A**

MELHORAR OS ESTATUTOS PARA REFORÇAR O SINDICATO

 **Proposta B**

ACÇÃO, UNIDADE E LUTA – UM SPGL FORTE E PRESENTE

 **Proposta C**

AUTONOMIA SINDICAL / DEVOLVER O PODER AOS PROFESSORES

 **Proposta D**

POR UM SINDICALISMO DEMOCRÁTICO E COMBATIVO

 Mesas de voto

ReVISÃO

DOS ESTATUTOS

23 janeiro
2014

DO SPGL

Como votar

Leia com atenção as seguintes instruções para votar

Para a Revisão dos Estatutos do SPGL

No próximo dia 23 de janeiro de 2014, os sócios do SPGL decidirão sobre a alteração dos Estatutos do Sindicato.

O processo de votação será efetuado por escrutínio secreto, direto e universal. Foi emitida **credencial** que recebeu por correio e que lhe garante encontrar-se em condições de participar neste processo de votação como associado do SPGL, quer opte por votar em qualquer mesa quer por correspondência.

A divulgação das propostas de revisão dos Estatutos, bem como dos locais e horários de funcionamento das mesas de voto, encontra-se na **página do SPGL** (www.spgl.pt). Através desta revista, Escola-Informação, são divulgados, além dos locais e horários de funcionamento das mesas de voto, textos explicativos das propostas a votação.

Para votar, a(o) colega tem à sua disposição duas modalidades: votação por **correspondência** ou voto **presencial**.

No caso de optar por votar por **correspondência**, deve proceder da seguinte forma:

- preencher o boletim de voto;
- introduzir o boletim de voto no envelope branco, fechá-lo;
- introduzir o envelope branco, juntamente com a credencial no envelope de remessa livre;
- enviar o envelope de remessa livre (não carece de selo), via CTT.

NOTA MUITO IMPORTANTE: Caso vote por correspondência deve fazê-lo o mais rapidamente possível. Só são considerados válidos os votos depositados nos CTT até ao dia 23 de janeiro de 2014 inclusive. Atenção a eventuais atrasos na distribuição dos correios;

Caso opte pelo voto **presencial**, deverá consultar, nesta revista ou na página do SPGL na internet, os locais e horários de funcionamento das mesas de voto e, no dia **23 de janeiro de 2014**, dirigir-se a uma delas **munido da credencial e de um documento de identificação com fotografia**. Sem credencial terá sempre de votar condicionalmente, mesmo na sua escola.

Lembramos-lhe que, ao abrigo da Lei Sindical – alínea d), do nº 1, do artigo 241º da Lei nº 59/2008 - os sócios gozam do direito de dispensa de serviço pelo tempo necessário ao exercício do direito de voto. Todas as mesas terão à disposição dos associados as necessárias justificações de falta e documentação de consulta.

PROPOSTA A

MELHORAR OS ESTATUTOS PARA REFORÇAR O SINDICATO

A Proposta da direção

Os estatutos de uma associação – qualquer que ela seja – devem garantir a democraticidade do seu funcionamento, permitir e regular a expressão de ideias e possibilitar a participação dos associados, quer elegendo quer controlando o exercício dos eleitos.

Os estatutos atuais, embora cumprindo no essencial esses objetivos, carecem de uma simplificação ao nível da composição da direção do sindicato – composição demasiado pesada, que em devido tempo correspondeu à necessidade de manter o número de créditos sindicais face à legislação publicada no tempo da passagem de Manuela Ferreira Leite pela pasta da Educação. Modificada que foi a legislação, é necessário “aligeirar” a estrutura do sindicato, de modo a tornar mais eficaz a atividade sindical. Nesse sentido, a direção do SPGL propõe nesta revisão dos estatutos:

A nível da composição os órgãos de direção:

- que a direção central seja composta por um número de dirigentes que pode oscilar entre 60 e 90 membros.
- que cada direção regional seja composta pelos membros da direção central pertencentes a essa região e um mínimo de 7 elementos por cada uma, eleitos, a que pode acrescentar-se mais um dirigente por cada 200 sócios. Procura-se deste modo possibilitar que as regiões com mais sócios (e mais escolas) tenham mais dirigentes de modo a conseguir-se um ainda maior acompanhamento das escolas, mas sem dificultar a apresentação de candidaturas a estas direções regionais.
- que se eliminem as “direções de zona”. Mantêm-se, dadas as suas particularidades, as “áreas académicas” no ensino superior.
- que sejam substancialmente reduzidas as exigências para

apresentar listas às direções regionais, ao conselho geral ou ao conselho fiscal.

- que a eleição direta para o Conselho Geral seja alargada para 32 membros, tornando assim mais fácil a eleição de dirigentes para este órgão, eleito por proporcionalidade de votação das diferentes listas concorrentes, de modo a possibilitar a representação plural de opiniões e melhor controlo da atividade da direção.

É certo que, apesar da redução, o número de membros necessários para constituir os órgãos de direção do SPGL é elevado, mas tal é indispensável para que se mantenha o direito ao número de créditos sindicais (redução de horas dos dirigentes nas escolas para trabalho sindical). A proposta que a direção apresenta **flexibiliza o número e os limites geográficos das direções regionais** a constituir, de modo a possibilitar o encontro das melhores soluções para o bom êxito do trabalho sindical, sem a ne-

cessidade de revisão permanente dos estatutos; nesse sentido esta competência mantém-se no conselho geral.

Propomos que sejam dados passos seguros no sentido da **limitação de mandatos**. Nesta fase consideramos que devem estar sujeitos à limitação de dois mandatos consecutivos (de 4 anos cada) os cargos de presidente, vice-presidente(s), tesoureiro e coordenadores das regiões, por serem os cargos com maior “visibilidade” junto dos sócios e da sociedade. Com esta medida “obrigamos” a uma renovação sindical ao mesmo tempo que, por ser moderada, se evitam inconvenientes de ordem prática na constituição de listas futuras.

A proposta que a direção agora sujeita a votação apresenta-se como um melhoramento da que apresentou em 2009 e que mereceu um apoio expressivo dos votantes. Recorde-se contudo que, por escassas centenas de votos – bastaria que tivessem “chegado a tempo” os votos por correspondência que não puderam ser tidos em conta por atraso nos correios! – a votação não atingiu os 10% dos sócios, como era – é continua a ser – exigência estatutária.

Caros colegas:

O funcionamento democrático do sindicato exige que não se alheie de um mecanismo essencial para esse objetivo, como é o da votação dos estatutos. Pode

votar por correspondência ou presencialmente nas mesas criadas para o efeito.

Se votar por correspondência, faça-o já! Não queira repetir o que aconteceu em 2009 inutilizando o seu voto por envio tardio.

Para votar presencialmente a direção criou um número significativo de mesas (ver neste número do EI). Para votar presencialmente, utilize a credencial que **lhe foi enviada por correio**, mesmo para votar na sua escola. Se não apresentar credencial terá de votar condicionalmente mesmo na sua própria escola. A garantia da democraticidade dos processos de votação exige todos estes cuidados. **Colabore na defesa de um sindicato democrático, plural e transparente como tem sido e quer continuar a ser o seu sindicato - o SPGL.**

No dia 23 de janeiro de 2014, vote na proposta A de revisão dos estatutos - Melhorar os estatutos para reforçar o sindicato. A proposta da direção. ■

PROPOSTA B

ACÇÃO, UNIDADE E LUTA – UM SPGL FORTE E PRESENTE

Imposto pela Direcção e de duvidosa oportunidade, está em marcha o processo de revisão dos Estatutos do SPGL. Em debate estão diferentes propostas de alteração, cujas razões e conteúdo importa conhecer.

A proposta B considera que só faz sentido alterar os actuais estatutos se com isso melhorar a participação e a intervenção dos professores na vida do seu sindicato, a todos os níveis e em todos os órgãos, intensificando assim a ligação e o acompanhamento às escolas.

A proposta B para a revisão dos Estatutos, com o lema “Acção, Unidade e Luta – Um SPGL Forte e Presente”, coloca como questão central a participação dos professores na vida do Sindicato.

Só assim é possível transformar o Sindicato, o nosso e o vosso Sindicato, numa força activa e mobilizadora, em defesa dos direitos dos professores e da Escola Pública.

E para tal é determinante a reanimação dos Núcleos Sindicais e o reforço do papel dos Delegados Sindicais, muitas das vezes abandonados à sua sorte e com falta de apoio. Mas não basta valorizar os actuais delegados sindicais, é fundamental alargar o seu número, estimulando a eleição de novos e mais delegados sindicais.

O SPGL não pode continuar a ser um sindicato em que o número de dirigentes é muito superior ao de delegados sindicais e que, até por via estatutária, se desincentivam e afastam os sócios da participação na vida sindical.

Inverter esse rumo de dirigismo descaracterizador do sindicalismo de massas, evidente desde 2006, é o principal objectivo da proposta B, contrário às tendências centralistas e de presidencialização do SPGL, como consta da proposta A (artigo 81º) que aponta para o aumento de competências do Conselho Geral, em detrimento

das Assembleias de Delegados e das Assembleias de Sócios.

A proposta B alerta os sócios para o perigo da descaracterização do SPGL e do seu afastamento dos sócios e das escolas, num tempo em que os professores mais precisam de um Sindicato Forte e Presente e com isso uma FENPROF reforçada e mais activa.

A extinção do Conselho Geral, espécie de mini-parlamento estranho ao movimento sindical unitário, é uma necessidade imediata para devolver o poder de decisão aos sócios (núcleos sindicais, assembleias de delegados sindicais, assembleias de sócios). Uma estrutura de direcção mais ágil, mais delegados sindicais e mais professores sindicalizados, são caminhos para uma maior intervenção, mais esclarecida e mobilizadora, que trave o crescente declínio do SPGL - desde 2006 perdeu cerca de 9000 sócios - uma realidade que não pode ser, exclusivamente,

imputada às saídas forçadas da profissão docente ou às aposentações.

Mobilizar e estar próximo, junto com os professores, sem escamotear dificuldades, é antes de mais uma responsabilidade a que os dirigentes não podem eximir-se. Motivo pelo qual, **a proposta B rejeita a crescente opção da Direcção em privilegiar o voto por correspondência em detrimento do voto presencial** como principal método de expressão da vontade dos sócios. Outras opções não são de excluir, mas sempre com um carácter excepcional, e desde que claramente regulamentadas e escrutinadas.

A proposta B é apresentada e subscrita por professores com provas dadas na luta em defesa da Escola Pública, quer nos Corpos Gerentes do SPGL, quer como actuais e antigos delegados sindicais, que assumem e recusam que o SPGL seja transformado numa simples associação de prestação de serviços, onde os direitos dos professores e a defesa da Escola Pública sejam mais um dos objectivos e não a principal prioridade e razão de existir do sindicato.

Nesse sentido, a proposta B alerta os sócios para as concepções anti-democráticas patentes na proposta A, feita à medida dos interesses dos actuais dirigentes e da sua perpetuação no poder, quando assume que, em actos eleitorais, quem está na Direcção terá sempre maioria (artigos 92º e 93º), qualquer que seja o número de listas concorrentes, ou quando concentra

no Conselho Geral, onde terá sempre maioria absoluta, a decisão sobre os futuros regulamentos eleitorais (art.97º).

A Proposta B considera que a alteração dos estatutos deve servir os interesses dos sócios e contribuir para um SPGL mais Forte e Presente, em que a Acção, a Unidade e a Luta na defesa dos professores e da Escola Pública continuem a ser os objectivos fundamentais de um sindicato digno desse nome.

Dia 23 de Janeiro **VOTA PROPOSTA B**

Sócios subscritores:

Ana Silveiro, Anabela Raposo, Celestino Escaleira, Elisabete Alves Pereira, Francisco Santos, Isabel Tavares, Isilda Andrade, Jorge Alves, José António Coelho, José Manuel Vargas, Maria da Graça Figueiredo, Maria Júlia Freire, Maria Lídia Pinto, Maria Teresa Oliveira, Rita Magrinho, Rogério Mota, Rosa Vaz. ■

PROPOSTA C AUTONOMIA SINDICAL / DEVOLVER O PODER AOS PROFESSORES

No próximo dia 23 de Janeiro, os sócios do SPGL irão escolher os Estatutos que pretendem para o nosso Sindicato.

Escolha que, à primeira vista, se afigurará difícil – há quatro propostas em confronto, e a matéria estatutária é complexa. O que poderá levar muitos sócios a alhearem-se da votação.

Isso, porém, é algo que, neste momento, **não poderá acontecer**. Porque o que está em jogo é algo de fundamental: a opção entre um Sindicalismo Democrático, em que o Poder pertença realmente aos Professores – ou um “sindicalismo” burocrático, no qual alguns dirigentes continuarão a decidir aquilo que, na sua opinião, “convém” à maioria dos Professores – estribados nuns Estatutos que os tornarão praticamente inamovíveis, suceda o que suceder.

E tem sido precisamente a acentuação no SPGL deste último modelo de sindicalismo que, cada vez mais, vem suscitando as críticas e o desagrado entre os Professores.

Situação que (finalmente) levou a que, em 2009, se realizasse uma tentativa de revisão dos Estatutos, frustrada pela ausência de *quorum*.

Nas eleições de 2012, a lista A (actual Direcção) incluiu no seu programa o compromisso de avançar com um novo processo de revisão estatutária.

Porém, o simples facto de a actual Direcção ter decidido concretizar o seu compromisso, avançando para um processo de revisão estatutária, **não assegura** uma **mudança real** do modelo vigente.

E basta referir que, embora facilite a apresentação de candidaturas a alguns órgãos do Sindicato, a **Proposta A**, da Direcção, reforça extraordinariamente os seus próprios poderes, ao mesmo tempo que restringe direitos dos sócios, consagrados desde a fundação do SPGL.

Restrição de direitos ainda maior no caso dos sócios aposentados ou desempregados – os quais, por exemplo, passam a depender da “boa vontade” da Direcção

para estarem representados em Congresso.

Sim, porque a Direcção Central, na Proposta dela mesma, passaria a regulamentar **TUDO**, retirando poderes à Assembleia Geral de Sócios, à Assembleia Geral de Delegados, ao Conselho Fiscal – **e passando a controlar a Comissão Eleitoral**.

Quanto à **Proposta B**, limita-se a suprimir o Conselho Geral. Quanto ao resto fica, fica tudo praticamente na mesma.

E é por que não pode ficar tudo na mesma, ou pior, que decidimos apresentar a Proposta C (“Autonomia Sindical / Devolver o Poder aos Professores”).

Proposta que reflete os Princípios que há muito defendemos:

- **Alterando de modo** substancial e **dinâmico** a estrutura do nosso Sindicato.
- Garantindo os direitos de **todos** os sócios.
- Garantindo a real **independência** do SPGL.
- Promovendo a mudança para um **Sindicalismo Autónomo, Democrático, Combativo**.

O **único** Sindicalismo que pode enfrentar, **com êxito**, os duros combates que, sem dúvida nos esperam.

Subscritores:

Carlos Valdez Pinto de

Vasconcellos (sócio nº 21 053)

António Luís Melo Santos (sócio nº 14 719)

Daniel Casasnovas González (sócio nº 32 863)

João António Canedo de Carvalho (sócio nº 42 516)

Jorge Calheiros de Brito (sócio nº 29 875)

Jorge Manuel Correia Seabra (sócio nº 33 228)

José Alberto Peres Alves (sócio nº 51 134)

Leonor Garcia Vasco (sócia nº 45200)

Maria Elisa Ventura Freire Gameiro (sócia nº 273)

Maria de Lourdes dos Santos Gomes (sócia nº 31 728)

Maria da Luz Farinha Lopes (sócia nº 35 670)

José de Freitas Gil (sócio nº 32 788)

Damião Augusto Martins Teixeira Braga (sócio nº 33 270)

Maria Luísa Coelho de Abreu e Vasconcelos Martins (sócia nº 21 840)

Rui Alberto Silva Henriques de Almeida (sócio nº 30 246)

Luís Filipe Xarepe de Jesus (sócio nº 19 286)

Ana Paula Marques Machado (sócia nº 63 863)

Otília Maria Simões Marques (sócia nº 63 780)

Síntese da Proposta C

1 – Defender e reforçar

a Democraticidade do SPGL

- Assegurando que os Regulamentos de Congressos, Conferências, etc, sejam debatidos e aprovados democraticamente.
- Garantindo que, por ocasião de Congressos (do SPGL ou da FENPROF), todos os sócios tenham conhecimento antecipado dos locais, datas e horas de eleição de Delegados.
- Garantindo o efectivo exercício da Liberdade de Expressão nos órgãos da imprensa sindical, através de um Conselho Editorial, eleito pelo Conselho Geral.
- Assegurando que **nenhum** sócio verá os seus direitos sindicais reduzidos.
- Garantindo a manutenção de todos os poderes da Assembleia Geral de Sócios e da Assembleia de Delegados Sindicais.
- Assegurando a realização periódica do Congresso do SPGL.

2 – Assegurar a independência e a transparência do SPGL

- Garantindo a independência do SPGL – nenhum dirigente do SPGL poderá acumular essas funções com cargos políticos ou partidários.
- Garantindo a divulgação antecipada de todas as propostas apresentadas à Assembleia Geral de Sócios ou à Assembleia de

Delegados Sindicais.

- Garantindo a divulgação, no “Escola Informação” e na internet, das deliberações da Assembleia Geral, da Assembleia de Delegados, do Conselho Geral e do Conselho Fiscal.
- Reforçando a autonomia e os poderes do Conselho Fiscal do SPGL.
- Garantindo a **efectiva** independência da Comissão Eleitoral.

3 – Libertar a iniciativa dos sócios do SPGL

- Permitindo Candidaturas independentes a **todos** os Órgãos do Sindicato.
- Facilitando **realmente** as condições para a constituição e apresentação de candidaturas.

4 – Reforçar a eficácia e a operacionalidade do SPGL

- Garantindo a manutenção de todas as suas competências às Direcções Regionais e às Direcções de Área Académica.
- Criando um Departamento de Professores Contratados e Desempregados.
- Criando, finalmente, um **Fundo de Greve**, a sério.

Dia 23 de Janeiro

**Vota na Mudança
Vota C - Para Devolver
o Poder aos Professores**

PROPOSTA D

POR UM SINDICALISMO DEMOCRÁTICO E COMBATIVO PARA TRAVAR A OFENSIVA DO GOVERNO E DA TROIKA

As propostas designadas pela letra **D** correspondem a um conjunto de preocupações dos professores que, em ocasiões anteriores - nomeadamente nas duas últimas eleições para os corpos gerentes do SPGL, tendo, na de maio de 2012, eleito um candidato ao Conselho Geral (CG) – se têm apresentado aos professores com propostas alternativas às listas A e B, as quais dirigem maioritariamente, uma ou outra, as estruturas de direção do SPGL e dos outros sindicatos da FENPROF. Estamos convencidos que os professores continuam a precisar de um sindicalismo democrático, de base e combativo para enfrentarem o governo mais destrutivo de sempre da escola pública, do emprego e dos direitos dos professores: um governo que tudo subordina ao pagamento de uma dívida que não é da responsabilidade do povo e que se ajoelha perante as exigências das instituições internacionais do capitalismo. Um governo e um ministro da “educação” que canalizam para a banca dinheiros que deviam ser investidos nos serviços públicos e na criação de emprego, cortam na escola pública para dar aos colégios privados, e despedem professores para ali-

mentar os banqueiros e os grandes empresários amigos do regime. Apesar desta conjuntura política altamente desfavorável, a classe docente tem dado lições de resistência e combatividade, desde as grandes manifestações de 2008 contra as medidas de M^a Lurdes Rodrigues até à atual luta contra a Prova de Acesso (PACC), passando pela greve às avaliações de junho de 2013. Esta luta em particular obrigou o governo de Passos & Crato a recuarem na mobilidade especial e provocou uma crise governativa. Ela demonstrou onde está o caminho para derrotar as medidas do MEC: na auto-organização de base, nas lutas prolongadas e persistentes suportadas por fundos de greve solidários, na ampla participação dos professores no seu próprio processo de luta.

Ora, os atuais Estatutos do SPGL não estimulam um funcionamento democrático e participativo dos professores, visto que:

1. Dificultam as correntes alternativas à atual direção de contribuírem positivamente para a condução dos processos reivindicativos: restringem o conceito de correntes de opinião, impedem a sua representação

na maioria dos órgãos dirigentes, o que poderia ser feito através da eleição por método proporcional (ou método de Hondt) em todos os órgãos – “privilégio” que atualmente só é concedido ao Conselho Fiscal e Conselho Geral – e são omissos no que diz respeito ao acesso das correntes de opinião à imprensa sindical.

2. Não estimulam a organização sindical de base, elemento central da participação dos professores na vida sindical e nos processos reivindicativos. Atualmente os dirigentes, em particular os de Zona/Área Académica (AA) - estruturas mais próximas das escolas - não são responsabilizados pela eleição dos delegados sindicais (são estes que organizam o processo, e mesmo assim não obrigatoriamente). Esta eleição/reeleição não é precedida de um verdadeiro processo democrático dentro das escolas, o que conduz a que, em muitas delas, ou não exista verdadeira renovação dos delegados (transformando-se estes em mais um elemento de burocratização) ou nem sequer se consiga eleger delegado sindical. A direção de Zona/ AA não inclui os delegados sindicais como parte da estrutura de direção, ao

passo que membros das Direções central e regional têm lugar garantido nela. Por último: embora estejam previstas Assembleias deliberativas em todos os restantes níveis de organização do SPGL (central e regional), não existe, a nível da Zona/AA, qualquer forma de organização do tipo Plenário ou Assembleia, onde os professores possam reunir e tomar decisões.

3. Permitem a perpetuação dos dirigentes nos cargos, ao não estabelecer qualquer limite à sua reeleição. Defendemos que os mandatos dos colegas dirigentes sindicais a tempo inteiro não ultrapassem dois seguidos, pois, por muito boas intenções que tenham, é natural que, após vários anos nas direções sindicais a tempo inteiro, comecem a afastar-se da realidade que se vive no dia a dia nas escolas.

4. Permitem que a Direção tome decisões sem uma verdadeira e ampla consulta aos sócios. Apesar de os Estatutos atuais afirmarem que a Direção só pode assinar convenções, acordos e outros instrumentos de negociação coletiva “após consultar (...) os sócios”, tais meios de consulta são feitos “pelos meios que (a Direção) julgar convenientes” (ver art.º 81º), transformando quase sempre as consultas em referendos sem propostas alternativas.

5. São totalmente omissos no que diz respeito à existência dum Fundo de Greve.

Assim, as propostas de revisão com a letra **D**, orientam-se de acordo com **5 eixos**:

Eixo 1: Limitação dos mandatos dos dirigentes: Porque consideramos que o mandato dos dirigentes sindicais não pode ser ilimitado, pois isso não favorece o conhecimento real dos problemas da classe e o contac-

to regular com os professores e, pelo contrário, propicia a burocratização dos cargos, propomos:

- a limitação do mandato dos dirigentes a um máximo de dois mandatos (seis anos).

Eixo 2: Direito à liberdade de corrente de opinião dentro do SPGL, à sua expressão pública e à sua representação proporcional em todos os órgãos de direção:

Porque consideramos que os sindicatos são organismos de frente única, não monolíticos, onde necessariamente se confrontam opiniões diferentes, mas onde também é possível chegar a consenso tendo em conta os interesses da classe, e só esses, propomos:

1 o alargamento do conceito de corrente de opinião, acompanhado da formulação das regras que devem prevalecer ao reconhecimento de cada corrente;

2 o direito das correntes de opinião à livre e regular expressão na imprensa do Sindicato;

3 a aplicação do método de representação proporcional das listas/correntes candidatas (método de Hondt) a todos os órgãos de Direção, desde as direções de Zona/Área Académica (AA) à Direção Central.

Eixo 3: Reforço da Organização sindical de base: Porque consideramos que só a participação democrática da base permite o envolvimento da classe na ação reivindicativa e na vida sindical em geral, propomos:

1 que a eleição de delegados sindicais em cada escola seja assumida obrigatoriamente pelos delegados sindicais cessantes ou, na sua falta, pela Direção de Zona /AA;

2 a regulamentação mínima dum processo de candidatura a delegado sindical;

3 que os delegados sindicais sejam parte integrante das Direções de

Zona/ AA, e que os membros da Direção Central e Regional de escolas da Zona/ AA deixem de aí ter lugar, como acontece atualmente;

4 introdução dum competência da Direção de Zona até agora inexistente: a convocação de Plenários de Zona/AA com competências deliberativas.

Eixo 4: Sufrágio amplo das propostas da Direção:

Porque consideramos que os dirigentes sindicais devem cumprir o mandato dos associados e responder unicamente perante eles, propomos:

- a regulamentação clara do período de consulta aos sócios de qualquer proposta da Direção que implique a assinatura de acordos e outros instrumentos de negociação coletiva, consulta essa que não pode ser feita “pelos meios que a Direcção julgar convenientes” (atual art. 81º alínea j)), mas sim através dum processo amplo de discussão e decisão, num período nunca inferior a vinte dias, com divulgação atempada de todas as propostas e publicação dos resultados da consulta.

Eixo 5: Criação de um Fundo de Greve:

Porque consideramos que a existência de um Fundo de Greve é um instrumento essencial para a prossecução de greves prolongadas, que tudo indica serão cada vez mais necessárias, dada a brutal ofensiva deste governo contra a Escola pública, os postos de trabalho, os direitos laborais e as condições de trabalho nas escolas.

1ª Subscritora: Ana Paula Amaral, sócia nº 27 565

MESAS DE VOTO

Horário de Funcionamento das Mesas de Voto

- Sede e Delegações do SPGL entre as 10h e as 20h.
- Todas as restantes mesas de voto entre as 10h e as 17h (independentemente de terem, as escolas, horário noturno).

ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS EXTRAORDINÁRIA

Mesas de Voto

REGIÃO SANTARÉM

ZONA ABRANTES

- DELEGAÇÃO SPGL - ABRANTES

ZONA SANTARÉM

- DELEGAÇÃO SPGL - SANTARÉM

ZONA SANTARÉM OESTE

- ESCOLA BÁSICA INTEGRADA MARINHAS SAL - RIO MAIOR

ZONA TOMAR

- DELEGAÇÃO SPGL - TOMAR

ZONA TORRES NOVAS

- DELEGAÇÃO SPGL - TORRES NOVAS

REGIÃO OESTE

ZONA ALENQUER/ARRUDA DOS VINHOS/S. M. AGRAÇO

- ESCOLA SECUNDÁRIA DAMIÃO GOES

ZONA CALDAS DA RAINHA

- DELEGAÇÃO SPGL - CALDAS DA RAINHA
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA FERNÃO PÓ

ZONA MAFRA

- ESCOLA BÁSICA PROF ARMANDO LUCENA

ZONA TORRES VEDRAS/LOURINHÃ

- DELEGAÇÃO SPGL - TORRES VEDRAS
- ESCOLA BÁSICA DR AFONSO RODRIGUES PEREIRA

REGIÃO SETÚBAL

ZONA ALMADA/SEIXAL

- DELEGAÇÃO SPGL - ALMADA
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA ANSELMO ANDRADE
- ESCOLA SECUNDÁRIA MONTE CAPARICA
- ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO GEDEÃO

ZONA BARREIRO

- DELEGAÇÃO SPGL - BARREIRO
- ESCOLA BÁSICA QUINTA NOVA TELHA
- ESCOLA SECUNDÁRIA BAIXA BANHEIRA

ZONA SETÚBAL

- DELEGAÇÃO SPGL - SETÚBAL
- ESCOLA BÁSICA LUÍSA TODI
- ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO GAMA
- ESCOLA SECUNDÁRIA D JOÃO II

ZONA SUL SETÚBAL

- ESCOLA SECUNDÁRIA PE ANTÓNIO MACEDO - SANTIAGO CACÉM

REGIÃO LISBOA

ZONA LISBOA CIDADE

- SPGL - SEDE
- INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
- FACULDADE LETRAS UNIVERSIDADE LISBOA
- FACULDADE CIÊNCIAS UNIVERSIDADE LISBOA - UL
- FACULDADE BELAS ARTES
- INSTITUTO SUPERIOR ENGENHARIA DE LISBOA
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA PASSOS MANUEL

- ESCOLA BÁSICA OLAIAS
- ESCOLA BÁSICA NUNO GONÇALVES
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA D FILIPA LENCASTRE
- ESCOLA BÁSICA QUINTA MARROCOS
- ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA DONA AMELIA
- ESCOLA ARTÍSTICA ANTÓNIO ARROIO
- ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUÊS POMBAL
- ESCOLA DANÇA CONSERVATÓRIO NACIONAL
- ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ CARVALHO
- ESCOLA BÁSICA OLIVAIS
- ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO DAMÁSIO
- ESCOLA SECUNDÁRIA LUMIAR N 1
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA JOSEFA ÓBIDOS
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA GIL VICENTE
- ESCOLA SECUNDÁRIA D PEDRO V
- ESCOLA BÁSICA BAIRRO PADRE CRUZ
- COLÉGIO MODERNO
- ESCOLA BÁSICA MARQUESA ALORNA
- ESCOLA BÁSICA PISCINAS

ZONA LOURES/ODIVELAS

- ESCOLA SECUNDÁRIA S JOÃO TALHA
- ESCOLA BÁSICA MARIA VELEDA

- ESCOLA SECUNDÁRIA DR ANTÓNIO CARVALHO FIGUEIREDO
- ESCOLA BÁSICA MÁRIO SÁ CARNEIRO-CAMARATE
- ESCOLA SECUNDÁRIA BRAAMCAMP FREIRE
- ESCOLA BÁSICA D DINIS
- ESCOLA SECUNDÁRIA ODIVELAS
- ESCOLA SECUNDÁRIA RAMADA

AMADORA/SINTRA

- ESCOLA BÁSICA ALFORNELOS
- ESCOLA BÁSICA ALMEIDA GARRETT
- ESCOLA BÁSICA MIGUEL TORGA
- ESCOLA BÁSICA PROF GALOPIM CARVALHO - QUELUZ
- ESCOLA BÁSICA ANTÓNIO SÉRGIO
- ESCOLA BÁSICA MONTE ABRAÃO 2
- ESCOLA BÁSICA PE ANTÓNIO ALBERTO NETO-R.MOURO
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA D JOAO V
- ESCOLA SECUNDÁRIA /3 AMADORA
- ESCOLA SECUNDÁRIA /3 MÃES ÁGUA
- ESCOLA SECUNDÁRIA /3 PADRE ALBERTO NETO
- ESCOLA SECUNDÁRIA FERNANDO NAMORA
- ESCOLA SECUNDÁRIA LEAL CÂMARA
- ESCOLA SECUNDÁRIA SANTA MARIA
- ESCOLA SECUNDÁRIA SEOMARA COSTA PRIMO

OEIRAS/CASCAIS

- ESCOLA BÁSICA PROF NORONHA FEIO
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA AQUILINO RIBEIRO
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA CARCAVELOS
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA FERNANDO LOPES GRAÇA
- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA IBN - MUCANA
- ESCOLA SECUNDÁRIA CASCAIS
- ESCOLA SECUNDÁRIA LUIS FREITAS BRANCO
- ESCOLA SECUNDÁRIA PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO LUCAS

ZONA VILA FRANCA/AZAMBUJA

- ESCOLA BÁSICA SECUNDÁRIA D MARTINHO VAZ CASTELO BRANCO
- ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO
- ESCOLA BÁSICA DR VASCO MONIZ



Os novos “constitucionalistas”



Joaquim Jorge Veiguiña

A cada dia que passa desponta em Portugal um novo ‘constitucionalista’. Uns consideram que a constituição tem uma excessiva ‘carga ideológica’ e que o intérprete das suas normas devia ser o Supremo Tribunal de Justiça, e não o Tribunal Constitucional (TC), de acordo com o modelo

norte-americano. Outros lamentam que o TC se tenha tornado um ‘poder de exceção’ que se substitui à Assembleia da República na deliberação política. Numa conferência proferida em novembro na Universidade do Texas, em Austin, o ex-ministro das Finanças de um Governo de Cavaco Silva, Jorge Braga de Macedo, afirmou que o TC “está a tentar preservar uma Constituição que foi aprovada

em 1976 e que levou a uma nacionalização generalizada da economia e [a] uma sociedade sem classes” (*DN*, 16.12.13). Todos defendem que a Constituição é demasiado ‘rígida’ e, por conseguinte, não está adaptada à realidade atual.

Para começar, o ‘juízo’ de Braga de Macedo ignora que a Constituição de 2 de abril de 1976 foi revista em 1989, tendo sido alterados os artigos

relacionados com as nacionalizações, para além de não haver nenhuma referência, na sua primeira versão, a ‘uma sociedade sem classes’, fruto da imaginação delirante deste novo ‘constitucionalista’. Assim, relativamente às nacionalizações, foi eliminado o artigo 83º que estipulava que estas “são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras”, bem como as referências aos objetivos “de assegurar a transição para o socialismo” (art.º 2º) e de “impulsionar o desenvolvimento das relações de produção socialistas” (alínea n) do art.º 81º). No entanto, a versão atual da Constituição continua a considerar, para quem tenha má memória ou uma memória deturpada, a justiça social, a igualdade de oportunidades e as “correções na desigualdade na distribuição da riqueza e do rendimento, nomeadamente através da política fiscal” (alínea b) do art.º 81º), como horizontes de referência. Relativamente à ‘rigidez’ do texto constitucional, seria melhor que os novos ‘constitucionalistas’ consultassem o professor Joaquim Gomes Canotilho. Para este verdadeiro constitucionalista, “a opção por um ‘texto rígido’ ... é hoje justificada pela necessidade de garantir a identidade da Constituição sem impedir o desenvolvimento constitucional. Rigidez é sinónimo de garantia contra mudanças constantes, frequentes e imprevisíveis ao sabor das maiorias legislativas. A rigidez ‘não é um entrave’ ao desenvolvimento constitucional, pois a constituição deve poder ser revista sempre que a sua ‘capacidade reflexiva’ para captar a realidade constitucional se mostre insuficiente”¹. Prova de que a rigidez não é absoluta, mas relativa é que a Constituição já foi revista sete vezes, a última revisão foi, salvo erro, em 2005. Além disso, o conceito de ‘rigidez’ significa que esta não pode ser revista por leis ordinárias, mas por

um processo específico que exige o respeito de um conjunto de limites temporais – uma nova revisão apenas pode ocorrer cinco anos após “a data de publicação da última lei de revisão ordinária” (nº 1 do art.º 284º) – formais – as suas alterações só podem ser subscritas por “dois terços dos Deputados em efetividade de funções” (nº 1 do art.º 286º) – e materiais – as leis de revisão constitucional devem, por exemplo, respeitar a separação de poderes, a independência dos tribunais, o pluralismo de expressão e organização política, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, entre eles os direitos económicos, sociais e culturais, e os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais (art.º 288º). Por estes motivos, a revisão da Constituição não pode andar a reboque das conjunturas políticas nem, como defendem os apologistas do modelo norte-americano, a sua interpretação ser conferida a um órgão de nomeação política, como é o caso do *Supreme Court* norte-americano. Os novos ‘constitucionalistas’ com a sua tese da ‘inadequação’ da Constituição à realidade apenas revelam que têm como objetivo eliminar neste documento todas as referências à necessidade de realização de uma maior justiça social e, como já tentaram alguns, apagar do texto constitucional os direitos sociais que são uma das grandes conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974 que, para lamentação deles, ainda rege o nosso ordenamento jurídico-político. De resto, a ‘realidade’ a que se quer ‘adaptar’ a Constituição caracteriza-se por uma redistribuição da riqueza da base para o topo, pelo aumento do desemprego e do trabalho precário, pela regressividade fiscal e tributária que favorece os rendimentos mais elevados e os patrimónios improdutivos em

detrimento dos rendimentos médios e médio-baixos, bem como do investimento produtivo, pela concentração da riqueza em alguns poucos e, desde 1988, por taxas médias de crescimento do produto nos países considerados ‘prósperos’ cada vez mais baixas. Mas é precisamente esta realidade que alguns consideram uma espécie de destino inexorável que é necessário transformar, pois nada neste mundo efêmero é eterno e imutável. ■

Notas:

1- Canotilho, Gomes J.J. – *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Almedina, Coimbra, 2003, p. 216.

Os novos ‘constitucionalistas’ com a sua tese da ‘inadequação’ da Constituição à realidade apenas revelam que têm como objetivo eliminar neste documento todas as referências à necessidade de realização de uma maior justiça social e, como já tentaram alguns, apagar do texto constitucional os direitos sociais que são uma das grandes conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974 que, para lamentação deles, ainda rege o nosso ordenamento jurídico-político.



Escola EB 2,3 Marquesa de Alorna

A lógica de projeto no trabalho do dia-a-dia

Na escola Marquesa de Alorna EB 2,3, são múltiplos os projetos que se entre-cruzam e fazem parte do dia a dia de alunos e professores. Projetos que se desenvolvem em consonância com formas de trabalhar enformadas por idêntica filosofia.

Disso mesmo nos dá conta Francisco Janeiro, que fala, com entusiasmo, desses vários projetos e do trabalho que desenvolve com os alunos das turmas que leciona.



Foto: Jorge Caria

Lígia Calapez
Jornalista

A lista de projetos é significativa e grande a adesão dos alunos. “Nós aqui funcionamos com alguns projetos bastante interessantes”, diz Francisco Janeiro. E enumera: “Temos um projeto de cerâmica, *Mãos na massa*; a *Oficina da pintura*, que está relacionado com a arte na generalidade mas, sobretudo, com a arte moderna, e que absorve uma grande quantidade de alunos do 2º ciclo; o *Escrita criativa*; o projeto de *Eco-Escolas*, de que já fazemos parte há alguns anos e pelo qual já recebemos alguns prémios”.

A partir do projeto *Eco-Escolas*, nas disciplinas de arte em geral, trabalha-se muito com reutilização de materiais. “Todos os trabalhos que executamos, ou a sua grande maioria, são com material reutilizado”.

O grande projeto da escola – que também já deu lugar a prémios [*e que aqui abordamos à parte*] está ligado ao cinema. Na calha, um outro projeto – em torno de uma rádio, e que vem desde já a suscitar grande entusiasmo e adesão entre os alunos.

De par desta plêiade de atividades, há o Centro de Recursos – um espaço polivalente, multi-funcional, que inclui uma sala para projeção de filmes, ludoteca, computadores e uma grande biblioteca. “Neste momento estamos a fazer, todos em conjunto, uma venda de Natal para podermos comprar novos livros” – diz Francisco Janeiro. “Os professores trouxeram coisas que tinham em casa – jogos, enfeites de Natal, livros. Há muitos livros à venda e os miúdos estão a aderir. Claro que o montante que se faz diariamente é pouco. Mas tudo junto é muito bom. Temos mesmo duas peças do escultor António Vasconcelos Lapa, que nos foram oferecidas por ele para esta venda”.

Uma outra forma de trabalhar

Nem só de projetos se trata. Nesta escola TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) o que está em causa é também uma forma de fazer particularmente estimulante e criativa.

Francisco Janeiro fala-nos da sua experiência com as turmas com que trabalha. “Temos atualmente três turmas de percursos curriculares alternativos (PCA). Uma é de 6º ano – da qual sou professor. Tivemos que alterar o programa – uma

adaptação ao contexto em questão. Eu não dou Educação Visual nem Educação Tecnológica, mas sim Produção Artística. A turma é muito reduzida, por ser de percurso curricular alternativo e incluir alunos com dificuldades – quer ao nível cognitivo quer ao nível socioeconómico. Nesta turma há miúdos de etnia cigana, miúdos de descendência africana já nascidos em Portugal e miúdos portugueses. A inter-relação é boa. É uma turma que funciona bem.

“Há uma outra turma PCA, do 8º ano, com miúdos muito interessantes. Também é multifacetada. Já lectionei nesta turma. Agora não, mas continuo a manter o contacto com eles. E, quando há visitas de estudo, acompanho-os. Porque eles vão com a minha turma do 9º ano.

“Em relação à minha turma do 9º ano – também é de percurso curricular alternativo, mas não tem nada a ver com as outras. É uma turma multicultural, na qual, o facto de o português não ser língua materna coloca uma séria questão linguística. São miúdos muito giros, muito trabalhadores. De Cabo-Verde, de São Tomé, das Filipinas, do Paquistão, do Brasil.

“Com estes miúdos, fizemos – no ano letivo que terminou – um trabalho muito interessante, com a professora de língua

portuguesa. Fomos à exposição de ilustração de Alice no País das Maravilhas, na Gulbenkian. Eles leram os capítulos da Alice, na língua portuguesa. Expliquei-lhes e fiz uma amostragem de trabalhos ilustrados por vários pintores, escultores, em torno da história de Alice. O objetivo da professora de português era que lessem a história e percebessem o que estavam a ler. Depois, cada um deles ilustrou o capítulo de que mais gostou. Só houve três capítulos que se repetiram. E, curiosamente, foi sempre o mesmo – o do gato. Trabalharam vários materiais. E, no final do ano, fizemos uma exposição”. Atualmente, e com esta mesma turma, Francisco Janeiro desenvolve outros projetos. “Isto não é um projeto, de facto, é uma forma de trabalhar”, sublinha. Propôs aos alunos que fizessem 4 projetos diferentes para um selo. “Mostrei-lhes postais – do Brasil, de África – com o selo. Expliquei-lhes o que era de facto o selo, o que é que eles tinham que passar

para o selo. Cada um deles desenhou 4 projetos. Depois escolheu 1. Passou-o a uma escala enormíssima. E trabalhou só esse selo”.

Na sequência deste trabalho, “peguei num dos temas que eles tinham escolhido e pedi-lhes que escolhessem um elemento que achassem ser capazes de fazer a três dimensões. E, como a maioria deles são de origem africana, propus que fizessem uma estrutura em arame e trabalhassem com missangas”.

“Eles estão a fazer coisas espetaculares”, comenta.

Projeto eco-escolas interiorizado

O projeto *eco-escolas* – o mais antigo, mas que continua a funcionar – já foi de certo modo interiorizado. “Todo o material que eu arranjo e tenho na minha sala de aula – rolhas, tudo o que é tampas de plástico, cápsulas de café, cartolina, todo o tipo de materiais – são trabalhados pelos alunos, quase sem se darem conta que

estão a utilizar materiais reutilizados”.

Uma prática que já está de tal forma interiorizada, “que não vão dizer – estamos a trabalhar para o *eco-escolas*. Não. Faz parte da nossa forma de trabalhar”.

Um exemplo concreto: “Este ano tenho uma turma de currículo dito normal. Um 5º ano. É uma turma espetacular. Eles fizeram um trabalho – que está ligado ao Natal. Eu aproveitei o ensinar a divisão da circunferência para construir estrelas a três dimensões. E aí eles reutilizaram todos os materiais que tínhamos. Fizeram as estrelas em cartolina e depois colaram papéis. De chocolates, por exemplo. Eu disse – recuperem tudo, façam tudo o que quiserem. Um foi procurar tudo o que era relógios de uma revista. Pegou nos relógios. Outro, foi só com números. Tudo com material reutilizado”. “É muito interessante. E reflete muita criatividade”, conclui. ■

Cinema na escola

Aprender um olhar diferente

O projeto de cinema destaca-se no conjunto de projetos da Marquesa de Alorna. É um projeto internacional, sediado na Cinemateca francesa e que, em Portugal, é orientado pela Associação Cultural Os Filhos de Lumière. Para conhecer um pouco de como nasceu e se desenvolve na Marquesa de Alorna, fomos falar com Antónia Carvalho – professora de Geografia e responsável, com Constança Palma, do projeto –, e Teresa Garcia, cineasta e uma das responsáveis da associação Filhos de Lumière. Uma conversa breve, porque os alunos esperavam e o trabalho é muito e exigente.



Foto: Blog “os filhos de Lumière”

Como é que o cinema entrou na escola

O cinema não entrou na escola com o atual projeto de Os Filhos de Lumière. Como nos explica Antónia Carvalho, tudo começou, há cerca de quatro anos, com “O Ciclo das Estações”. Um projeto que envolvia quatro escolas, em que cada

escola filmava uma estação. “Seria o primeiro olhar dos alunos naquela estação”. À Marquesa de Alorna coube um primeiro olhar sobre a Primavera. E o trabalho desenvolveu-se então “no âmbito de uma área curricular que já não existe – a área de projeto”.

Antónia Carvalho aderiu a este processo

por gostar muito de cinemas e gostar de projetos. “Penso que é fundamental os projetos existirem nas escolas. Em todas” – defende. “Mas numa escola em que a população escolar é desfavorecida – e não só economicamente, é desfavorecida culturalmente também – é fundamental a existência de projetos. Porque permitem

colmatar, digamos assim, aquilo que os miúdos não tiveram nem têm em termos culturais”.

Este primeiro passo correu bem. “Os miúdos empenharam-se imenso. Gostaram muito. E como esse projeto correu bem, a Associação Os Filhos de Lumière - que já participava nos “100 anos de juventude!” há algum tempo, com outras escolas - perguntou-me se eu estava interessada em continuar. Só que com um projeto diferente. Em que, no fundo, as orientações, as regras do jogo digamos assim, são comuns a todas as escolas dos vários países”.

Um novo passo. Novas experiências

Em relação à primeira experiência de cinema, há diferenças. Diferenças que entretanto, são enriquecedoras. “Os miúdos aprendem mais sobre cinema”, diz-nos Antónia Carvalho

Antes do mais há um tema - em cada ano - que é comum a todas as escolas envolvidas. Este ano, por exemplo, o tema é o *plano de sequência*. “Primeiro eles têm de perceber o que é um plano de sequência - um plano em que nós ligamos a câmara, começamos a filmar e não há cortes, há uma sequência, há uma continuidade. Têm que fazer um exercício em que filmam um plano de sequência de um minuto”.

Há uma aprendizagem diferente. “Os alunos têm que ver excertos de filmes. Têm que ir fazendo os vários exercícios ao longo do ano. E depois, no final do ano, escrever uma história e filmar uma curta-metragem. Quando chega a essa fase, já sabem mexer na câmara, mexer no gravador, fazer uma *reperage*. Já sabem essas fases todas. E aí já estão à vontade para o fazer”.

“O tema anterior foi *mise en scene* e, há 2 anos - em que fomos a Paris apresentar o nosso trabalho -, foi um trabalho em torno de *o real na ficção*. De que forma é que a realidade entra na ficção”, prossegue Antónia Carvalho.

É todo um trabalho que se desenvolve semana a semana, em sessões de quase duas horas, e que conta com a participação quinzenal da Associação Filhos de Lumière. Em que os alunos “aprendem a gostar mesmo de cinema e a olhar para o cinema de outra forma. Há uma sensibilidade diferente. Não é aquilo que eles imaginam, por exemplo quando veem uma telenovela. Ou mesmo quando veem um filme. Há todo um trabalho que é completamente diferente”.

O cinema é pedagogicamente muito interessante



“Este é um trabalho que leva a perceber o que é realmente a matéria cinematográfica. Isto é: que os atores têm tanta importância como tudo o resto, tudo o que é trabalho no espaço - a luz, a cor, o movimento, a composição”, diz Teresa Garcia, cineasta, uma das responsáveis da Associação Filhos de Lumière. Foi em torno desta nova sensibilidade e do trabalho que se desenvolve com os alunos, que se desenrolou a nossa conversa. Um breve testemunho de que aqui damos alguns extratos.

O cinema é muito rico e, pedagogicamente, muito interessante

O cinema é muito rico e, pedagogicamente, muito interessante. Porque essa riqueza é muito fácil de passar. Os alunos percebem-na muito rapidamente. E quando eles veem um filme e começam a entender os sentidos que o filme tem, começam a perceber que por trás daquela história há uma história muito mais interessante, que é contada pelas imagens e pelos sons. Eu penso que isso é muito bom para eles. Porque é uma maneira de ver diferente. Mesmo que eles não saibam muito bem porque é que veem de maneira diferente, veem de maneira diferente. Eles próprios o dizem.

Um programa comum

O programa - comum a todos os países participantes - é coordenado pela Cinemateca francesa e, em particular, por Alain Bergala, que tem grande experiência na pedagogia do cinema.

Todos os anos há um tema. Este ano o tema é - o *plano sequência*.

De certa maneira o cinema começou com o *plano sequência* - o plano Lumière. Que é o plano que os Lumière fizeram, quando tinham menos de um minuto e faziam um filme com menos de um minuto. A ideia é fazer um filme como eles fizeram. Assim, o primeiro exercício é o exercício Lumière. E toda a gente - nas escolas que participam no projeto - o vai fazer.

Depois, há os exercícios. Um primeiro exercício, mais simples. Depois um outro um bocadinho mais complexo - um *plano de sequência*, mas já com movimento de câmara, em que os alunos vão tentar encontrar vários espaços e ligá-los através da câmara. E um trabalho final - que é um filme. Onde eles podem fazer vários planos. Mas terão alguns *planos sequência* obrigatórios. Não só planos curtos. Mas podem ter mais do que *planos sequência*.

Uma mostra de diferentes realizadores. Porque cada realizador é diferente

Por outro lado, dispõe-se de um material pedagógico de filmes, um programa que é entregue a toda a gente - da própria Cinemateca. É um DVD com fragmentos de filmes que foram pensados para este trabalho. Com planos sequência de muitos realizadores diferentes. Muitos exemplos concretos. Mesmo de realizadores portugueses - como o João César Monteiro ou o Paulo Rocha ou o Manoel de Oliveira, por exemplo.

Os alunos veem vários. Discutimos um bocadinho o que eles estão a ver. E vão aderindo, mais a uns do que a outros, naturalmente. Porque cada realizador é diferente. Cada realizador tem uma maneira própria de trabalhar.

<http://osfilhosdelumiere.com/home/>
<http://osfilhosdelumiere.blogspot.pt/>

“PACC” ferida de morte



Fotos: Paulo Machado

AFENPROF e outros sindicatos marcaram greve para dia 18 de dezembro, dia da realização da primeira parte da famigerada Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), a todas as atividades relacionadas com a prova (em especial, e como é óbvio, às atividades de vigilância). De fora desta união de esforços ficaram os sindicatos ligados à UGT que tinham celebrado um “acordo” com o MEC em que aceitavam a existência da prova a troco da dispensa dos colegas contratados com mais de 5 anos de serviço.

A resposta dos professores à convocatória da greve foi “proporcional à humilhação a que o MEC queria sujeitar os professores contratados”, isto é, a prova não se realizou em muitas escolas, em todo o país. O “acordo” UGT/MEC não desmobilizou os professores, pelo contrário, e deve servir de lição aos que agem sem terem em conta os interesses dos professores e educadores, antes outros interesses.

Na área do SPGL não se realizaram provas em 9 das 28 escolas previstas, nomeadamente na EB Marquesa de Alorna, na EB D. José I (AE Alto do

Lumiar), na ES do Restelo, na EB das Piscinas (Olivais) na ES Padre António Vieira (AE de Alvalade), na ES Fernão Mendes Pinto (Almada), no AE de Santo André (Barreiro), AE Barbosa du Bocage e AE Sebastião da Gama (ambas de Setúbal).

Em muitas outras, onde acabou por se realizar, apesar dos níveis muito elevados de adesão à greve dos professores “vigilantes”, verificaram-se inúmeras irregularidades cujo levantamento está já feito (concentração de todos os professores num único espaço - em média 120, 1 só vigilante por sala num número muito significativo de escolas, convocatória de “vigilantes” já depois de iniciada a prova, início da prova a horas muito díspares, interrupção da realização das provas por diretores e outros elementos das escolas que entravam de forma abusiva nas salas, tolerâncias arbitrarias para a conclusão, desconhecimento dos “vigilantes” da existência de duas versões da prova, interrupções da prova e seu recomeço por motivo de falta de eletricidade, etc.).

A luta contra a PACC conheceu neste dia uma significativa vitória.

O ministro Crato entretanto veio jus-

tificar a existência da PACC com uma suposta incompetência do ensino superior, nomeadamente das Escolas Superiores de Educação, para formarem docentes bem habilitados do ponto de vista científico. A resposta dos docentes e das organizações do ensino superior foi eloquente: Crato deve pedir desculpa às instituições, nuns casos, e, noutros, a apresentação da exigência de demissão do ministro por falar do que não sabe ou, sabendo, por manifesta má-fé.

No plano jurídico foram interpostas várias providências cautelares nos Tribunais Administrativos e Fiscais. Com data de 25 de dezembro foi considerada procedente uma primeira, pelo TAF do Porto e, dias depois, igual situação se veio a verificar no TAF do Funchal. Ficava assim suspensa a prova e “todos os atos conducentes à (sua) realização”. Uma vitória (quase) definitiva. De assinalar nesta luta que agora teve uma enorme vitória o empenhamento de muitos colegas das mais variadas formas e até com níveis de auto-organização assinaláveis e que acabaram por complementar a ação dos sindicatos. Todos fazem falta nesta luta. ■

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS

“Nunca baixaremos os braços! Nunca nos vergarão!”



FotoS: Manuel Nobre e Fernando Valente

SPGL

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

No final do dia 21 de novembro, dia de reflexão, dia de intervenção, dia propositivo... todas e todos os participantes na 1ª Conferência Nacional de Professores e Educadores Aposentados saíram convictos de que, daqui em diante, as nossas ações de luta irão ter outra dimensão, pela importância que tem a organização. **Pretendemos reforçar e melhorar a participação, a integração e a representação dos professores e educadores aposentados na FENPROF.** Foi com esta intencionalidade que foi criado o Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF. As reuniões para a sua concretização já estão a acontecer.

Com a nova organização vamos procurar garantir o importante papel das Direções dos Sindicatos, nas correspondentes áreas geográficas, assegurando a sua adequada representação nos órgãos que constituirão o Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF, numa procura de tornar mais eficaz os respetivos órgãos centrais – Conselho Nacional e Secretariado Nacional.

Nesta Conferência reafirmámos que exigimos respeito e que não aceitamos as medidas passadas e as agora previstas porque:

- A descapitalização da CGA foi da responsabilidade dos governos já que o Estado, até há pouco tempo, não cumpria a lei descontando para a CGA os 23,75% que vigoram no setor privado. Este governo também tem utilizado alguns truques de controlo do défice atribuindo a responsabilidade pelo pagamento das pensões dos reformados da PT, dos CTT e da CGD! Transformou a CGA num sistema fechado uma vez que desde 2005, data em que se iniciou a convergência, todos os trabalhadores que ingressaram na Função Pública passaram a descontar para a Segurança Social;

- Há soluções para os problemas, nomeadamente, as medidas apresentadas pela CGTP-IN, para a concretização de políticas para as mudanças necessárias desde a renegociação da dívida ao aumento dos salários e das pensões a fim de travar o empobrecimento e melhorar a procura interna, a dinamização da contratação coletiva, a defesa das funções sociais do Estado, a garantia de uma política fiscal mais justa... Aprovámos o **Caderno reivindicativo** que será a nossa orientação para as lu-

tas a desenvolvermos com **as seguintes exigências específicas:**

1. Reposição do valor das pensões e consequente revogação de todas as medidas que foram impostas e conduziram à sua redução;
2. Revogação da contribuição extraordinária de solidariedade (CES) e devolução dos montantes já confiscados aos pensionistas desde janeiro de 2013;
3. Atualização das pensões e dos salários, de forma a compensar o aumento do custo de vida e o seu reflexo nas famílias. De acordo com as propostas sindicais o valor do aumento será de 3,7% e de valor nunca inferior a 40 euros;
4. Fixação da pensão de sobrevivência em 60% da pensão do cônjuge falecido e 70% no caso de mais de um beneficiário da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica atualmente no regime geral da Segurança Social;
5. Redução das taxas de IRS e reformulação dos escalões, no sentido de reforço da progressividade, revogação da sobretaxa aplicada desde janeiro de 2013 e reposição do valor das deduções à coleta;
6. Anulação da Lei nº 39/2013 que aumentou a retenção na fonte para IRS, com efeitos retroativos a janeiro de 2013, aos pensionistas deficientes ou não;
7. Anulação do desconto para a ADSE

efetuado nos subsídios de férias e Natal, desde 2007, e reposição da verba correspondente a esses descontos;

8. Consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo contratual, bem como para os aposentados, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários.

A 1ª Conferência Nacional de Professores/as Aposentados/as reafirmou, igualmente, o papel dos Sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores no ativo e dos aposentados, assim como, na consolidação da sociedade democrática prevista na Constituição da República Portuguesa (CRP) e manifestou a sua disponibilidade para participarem na ação global do movimento sindical e do povo português contra a política de empobrecimento e de submissão aos grandes agiotes internacionais e apelou a todas organizações que se afirmam representativas de docentes aposentados, independentemente da sua natureza, que convirjam na ação:

- a) Pela demissão do atual governo, condição necessária para que se alterem as políticas em curso;
- b) Contra as propostas do governo que, no quadro do Orçamento do Estado para 2014, assim como da alegada reforma do Estado, tenham por objetivo agravar ainda mais a situação dos aposentados e reformados;
- c) Pela realização de uma auditoria, supervisionada pelo Tribunal de Contas à situação das contas do Estado, no que se refere à Caixa Geral de Aposentações;
- d) Contra o desmantelamento da Caixa Geral de Aposentações;
- e) Contra todas as medidas que visem impor cortes nas pensões;
- f) Pela defesa da sustentabilidade da Segurança Social pública, enquanto imperativo constitucional e democrático;
- g) Em defesa de serviços públicos de qualidade e de uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos.

Tal como Mário Nogueira afirmou na sua intervenção de encerramento – Nunca baixaremos os braços! Nunca nos vergarão – porque sabemos que Portugal tem futuro! ■

Uma leitura do PISA 2012

Rolando Silva
Dirigente SPGL

Sendo embora o PISA (Programme for International Student Assessment) um instrumento de conformação dos sistemas de ensino numa perspetiva neoliberal, mesmo assim vale a pena dar-lhe uma vista de olhos lendo os seus resultados em termos de tendências e contextualização com os tipos de políticas praticadas a médio e longo prazo, tentando extrair alguma informação que possa ter alguma utilidade, como é o caso dos resultados agora fornecidos, que permitem fazer uma reflexão que compreende o período dos anos 2003 a 2012.

Os indicadores, a partir dos quais se pretendem tirar conclusões sobre a efetividade dos sistemas educacionais são estabelecidos com base em provas e questionários, com a perspetiva da mensuração das competências dos alunos nas **literacias de leitura, matemática e científica**, além da resolução de problemas.

O termo **“literacia”** foi escolhido para refletir a amplitude dos **conhecimentos, habilidades e competências** que estão a ser avaliados, procurando o PISA verificar a **operacionalização de esquemas cognitivos** em termos de:

- Conteúdos ou estruturas do conhecimento que os alunos precisam adquirir em cada domínio;
- Processos a serem executados;
- Contextos em que esses conhecimentos e habilidades são aplicados.

Para cada domínio há uma escala contínua onde são representados os níveis de desempenho individuais e as distribuições dos desempenhos das populações. O desempenho do aluno é definido através de níveis sucessivos de competência alcançados.

Na **literacia de leitura** os alunos devem realizar uma vasta gama de tarefas com diferentes tipos de textos, desde a **recuperação de informações específicas** até à demonstração de **compreensão geral**,

interpretação do texto e reflexão sobre o seu conteúdo. As três dimensões em que é avaliada incluem:

- (1) a **forma do material de leitura** (textos em prosa, mas também listas, formulários, gráficos e diagramas);
- (2) o **tipo de tarefa de leitura**, a que correspondem as várias **habilidades cognitivas próprias de um leitor efetivo** (habilidade em identificar e recuperar informações, em desenvolver uma compreensão geral do texto, interpretando-o, refletindo sobre o conteúdo e a forma do texto e construindo argumentações para defender uma opinião ou um ponto de vista);
- (3) o **uso para o qual o texto foi construído** (um romance, uma carta pessoal ou uma biografia são escritos para uso **“pessoal”**; documentos oficiais ou discursos políticos são para uso **“público”**; e um manual ou relatório são para uso **“operacional”**). Procura-se determinar o desempenho dos alunos numa destas situações de leitura, incluindo diversos tipos de leitura nos itens de avaliação, uma vez que a sua resposta tem sido variável em função de cada um deles.

A **literacia matemática** que pretende determinar o uso de competências matemáticas em vários níveis, abrangendo desde a realização de **operações básicas**, até ao **raciocínio** e às **descobertas matemáticas**, é avaliada, também, em três dimensões:

- (1) O **conteúdo de Matemática**, definido em primeiro lugar em termos de conceitos matemáticos mais amplos (tais como **estimativa, mudança e crescimento, espaço e forma, raciocínio lógico, incerteza e dependências e relações**) e, só depois, em relação a ramos do currículo (tais como **relações numéricas, álgebra e geometria**);
- (2) O **processo da Matemática**, definido pelas competências matemáticas gerais (o **uso da linguagem matemática, escolha de modelos e procedimentos e capacidade de resolução de problemas**);
- (3) As **situações nas quais a Matemática é usada**, variando desde os contextos

particulares até aqueles que estão relacionados com questões científicas e públicas mais amplas. Finalmente, a *literacia científica*, en-

Os indicadores de 2003 a 2012 referentes a Portugal podem ser vistos neste quadro síntese que foi reproduzido pelos jornais no início do mês de dezembro:



volve o *uso de conceitos científicos* necessários para compreender e ajudar a tomar decisões sobre o mundo natural e a *capacidade de reconhecer questões científicas, fazer uso de evidências, tirar conclusões em bases científicas e comunicar essas conclusões*. Tal como os anteriores domínios, é avaliada em 3 dimensões, a saber:

- (1) Os *conceitos científicos* necessários para compreender certos *fenómenos do mundo natural e as mudanças decorrentes de atividades humanas* (mesmo que os conceitos utilizados sejam do campo da Física, Química, Biologia e Ciências da Terra e do Espaço, eles serão aplicados a *problemas científicos presentes na vida real*, incidindo a avaliação em três grandes áreas de aplicação: ciências da vida e da saúde, ciências da terra e do meio ambiente e ciências e tecnologias);
- (2) Os *processos científicos*, centrados na capacidade de adquirir, interpretar e agir com base em evidências, em cinco domínios: *reconhecimento de questões científicas, identificação de evidências, elaboração de conclusões, comunicação dessas conclusões, demonstração da compreensão de conceitos científicos*;
- (3) As *situações científicas*, selecionadas principalmente da vida quotidiana das pessoas em diferentes contextos, variando de situações pessoais ou particulares, até questões públicas mais amplas, incluindo, também, por vezes, questões globais.

No caso português tem-se verificado uma melhoria desde 2003, em termos relativos, embora com uma certa estagnação em relação ao nível dos resultados absolutos, havendo mesmo uma ligeira quebra nos resultados de ciências, enquanto que na matemática, que foi o principal enfoque deste ano, a OCDE faz notar que em Portugal se assistiu a uma reforma curricular que melhorou a atitude dos alunos em relação à escola em geral e à matemática em particular.

Mas temos de notar que os alunos de 15 anos que fizeram estes testes de 2012 entraram para o primeiro ano de escolaridade em 2003 e sofreram já no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico com muitas das reformas que se introduziram. O que não tinha acontecido com os alunos que tinham feito os testes em 2009 e que tinham entrado em 2000.

Mas o que vai ser deveras problemático vão ser os resultados que se esperam para 2015, dadas as consequências dos grosseiros atamancamentos que estão agora a ser feitas em termos da redução da rede escolar, da gestão escolar das engenharias curriculares do tipo da poda que se faz nas vindimas e do desenraizamento dos alunos do 1º CEB que vão sendo encafuados nos centros escolares. A ver vamos, mas o que ninguém tem dúvidas é de que se estes resultados são ainda animadores este ano, no próximo já se vai fazer sentir a ação destes últimos coveiros que passaram pelo Ministério da Educação. ■

Caldas da Rainha SPGL ENTREGA QUEIXA-CRIME

No passado dia 30 de dezembro, em conferência de imprensa, o SPGL “prestou contas” aos docentes do concelho de Caldas da Rainha, publicitando os termos em que, dias antes, fizera a entrega à Procuradoria Geral da República, de uma queixa-crime, formalmente “contra desconhecidos”, mas, objetivamente contra todos os responsáveis pela criação e sustentação ilegais dos colégios Rainha Dona Leonor e Frei São Cristóvão, ambos em Caldas da Rainha. Pretende o SPGL que a Procuradoria Geral da República investigue os crimes de peculato, participação económica em negócio e abuso de poder que, na opinião do SPGL, devem responsabilizar quem determinou, ilegalmente, a construção de um colégio privado em terrenos destinados a uma escola pública, desde logo com graves prejuízos para o erário público, em virtude das indemnizações que houve que pagar, e quem, desde então, manteve o financiamento destes colégios privados, através de contratos de associação manifestamente ilegais uma vez que as escolas públicas do concelho estão capacitadas, em termos de espaços, de docentes e de qualidade das instalações para responder às necessidades da rede escolar.

Na conferência de imprensa foi ainda denunciado o facto de o colégio Rainha D. Leonor ter tido acesso a dados pessoais de alunos da escola pública, a quem dirigiu uma agressiva campanha de marketing.

Vários professores presentes na sessão corroboraram a justeza da posição do SPGL, fornecendo eles próprios vários dados sobre as ilegalidades cometidas. Registe-se que também, o Movimento em Defesa da Escola Pública do concelho fez uma queixa junto do DCIAP sobre a mesma matéria. ■

Ensino Superior

Reaver um confisco de 42 milhões! Evitar o descalabro na Ciência!

João Cunha Serra

Coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação do SPGL

As instituições do ensino superior público entram o ano de 2014 com a sensação de que o cerco se lhes aperta a ponto de pôr em causa a sua sustentabilidade financeira. Na realidade o Governo, depois de em Agosto ter acertado com as Universidades e os Institutos Politécnicos as dotações do OE 2014 já com uma redução de cerca de 4% relativamente a 2013, e na sequência da decisão que tomou de reduzir ainda mais os salários dos trabalhadores do Estado, veio a cortar, sem qualquer explicação, aos orçamentos das instituições, muito mais do que aquilo que corresponderia a retirar os montantes que deixariam de ser pagos ao pessoal, devido aos novos cortes salariais. No conjunto das instituições do ensino superior este corte correspondeu a um confisco de cerca de 42 milhões de euros.

Na sequência da reunião do Conselho de Reitores com o Primeiro Ministro foi confirmado por Passos Coelho que a razão do corte suplementar se devia a não haver capacidade técnica no Ministério das Finanças para calcular os montantes que em cada instituição dei-

xariam de ser pagos devido aos novos cortes salariais. Trata-se, evidentemente, de uma desculpa de mau pagador.

A cumplicidade do Ministro Nuno Crato com esta operação mostra mais uma vez que a sua função à frente do MEC é cumprir com zelo as ordens do Ministério das Finanças. Como não pode, atendendo à autonomia das instituições do ensino superior, interferir diretamente na sua organização interna, como o tem feito nos restantes níveis de ensino provocando elevadíssimos níveis de desemprego entre os docentes, corta-lhes nos orçamentos e elas que façam por ele o trabalho sujo.

Esta atitude de completo desrespeito pela autonomia das instituições, constitucionalmente consagrada, pois não há autonomia sem um financiamento condigno, visa descapitalizá-las e torná-las incapazes de prever sequer o que poderão gastar durante um ano económico, pois têm estado sujeitas a rapinas a meio do ano, que as impedem de fazer qualquer planeamento levando-as a despedir docentes por medida cautelar, pondo em causa a qualidade das suas missões, num país que está longe de cumprir as metas fixadas pela UE para 2020 no que se refere a diplomados do ensino superior e que é estratégico para a competitividade da economia e para a saída da crise.

Na área da Ciência as coisas, a todos os níveis, não melhoram. A carreira de investigação científica está estagnada há anos. Não há concursos para lugares de carreira. Abrem-se concursos para lugares precários por um máximo de 5 anos. Estão agora a terminar os contratos celebrados ao abrigo dos programas Ciência 2008 e 2009. Há centenas de investigadores sob o espectro do desemprego e bastantes mais doutorados e detentores de bolsas de pós-doutoramento sem possibilidades de obter qualquer contrato, condenados a manterem-se como bolseiros ou a emigrar. Um concurso para 150 lugares de investigadores a prazo de 5 anos não foi executado respeitando todos os requisitos legais, o que tem levado muitos concorrentes a contestar os seus resultados. Esta situação, embora grave, não pode fazer esquecer a questão de fundo que é a da exiguidade de lugares de investigação oferecidos aos nossos jovens investigadores. A FENPROF tem vindo a apoiar os candidatos a este concurso, mas está já, de parceria com outras organizações que organizam trabalhadores científicos, a promover a realização de um encontro nacional de investigadores para debater e propor soluções para emprego científico em Portugal. ■



SPGL e SINDICATO DOS EDUCADORES DO HUAMBO (ANGOLA) estabelecem Protocolo



A convite do Sindicato de Trabalhadores da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social do Huambo, uma delegação do SPGL visitou as regiões do Huambo e do Kuíto, em Angola. O intuito foi estabelecer um protocolo de cooperação entre os dois sindicatos, iniciativa que partiu dos companheiros angolanos que, numa atitude de alto significado cultural e político, fizeram questão de sublinhar que um dos motivos da escolha do SPGL para este protocolo foi o de Huambo ter sido “batizada” de Nova Lisboa durante o período colonial. Esta foi aliás uma sensação que acompanhou a nossa viagem: apesar de ela ter ocorrido durante um período menos bom nas relações diplomáticas entre Portugal e Angola, a recepção da delegação foi calorosa e fraterna, tornando bem claro que o domínio colonial português sobre o povo angolano não passa de uma realidade histórica incontornável que não afeta a relação de solidariedade, cooperação e amizade entre os dois povos. Uma outra vertente que marcou a delegação portuguesa foi sentir o profundo

anseio de que a paz interna obtida há pouco mais de 10 anos seja definitiva. Foi-nos particularmente emotiva a visita ao memorial no Kuíto – uma das zonas mais flageladas pela guerra civil. Pudemos também verificar o progresso económico de Angola, traduzido nomeadamente numa boa rede de estradas, na reconstrução de aldeamentos e no dinamismo da produção, capaz já de satisfazer, nas zonas que visitámos, as necessidades essenciais das populações. No Huambo e no Kuíto, as marcas da guerra parecem ter ficado apenas como memória e aviso do que não se pode repetir. Participámos na inauguração de algumas sedes locais do Sindicato dos Educadores do Huambo, que está a desenvolver uma política de proximidade e de apoio aos professores e educadores, muito necessário porque o apoio social do Estado é ainda incipiente e as distâncias entre as povoações são enormes, o que torna medidas como o alojamento dos docentes uma tarefa importante. Uma das grandes apostas do sindicato anfitrião é a construção – já em anda-

mento – de uma clínica médica destinada aos sócios e, subsidiariamente, a toda a população do Huambo.

Pudemos também constatar que, apesar das dificuldades de quem há pouco saiu de uma guerra intensa, o processo de formação de professores e a escolarização básica estão a alargar-se – tarefa muito significativa face ao grande número de crianças existente.

Vimos um país que, ainda no meio de algumas dificuldades políticas (que conhecemos também por cá...) e de uma democracia que ainda se procura consolidar, quer dar esperança e futuro às gerações do pós-guerra... Fica-nos na retina e a imagem do sorriso de milhares de crianças - o “rosto do futuro” de Angola- com quem nós, professores do SPGL (que, também “queremos dar um rosto ao futuro”), podemos partilhar solidariamente as nossas respetivas experiências.

Em suma: uma cooperação a aprofundar, um protocolo para cumprir!

Protocolo de gemação

Entre o Sindicato de Trabalhadores da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social do Huambo e o SPGL (Sindicato dos Professores de Grande Lisboa)
Huambo, 5 de Novembro de 2013

PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO

Nota Prévia

Angola e Portugal, são dois países, dois Povos que têm muito em comum na vertente cultural, onde se destaca a língua Portuguesa. Esses laços que nos unem, são tão fortes e enchem-nos de orgulho quando nos encontramos em outras regiões do Mundo.

Hoje, a política de globalização aproximou ainda mais os Povos e eliminou as fronteiras culturais. Contudo, o interesse das pessoas prevalece para com quem desejamos manter relações mutuamente vantajosas. É nesta base que manifestamos o desejo de cooperar com o Sindicato de Professores de Grande Lisboa, já que nós somos um Sindicato homólogo da província do Huambo, ex-Nova Lisboa.

O presente protocolo, rege-se nos seguintes princípios:

- 1.-Reconhecimento e respeito da personalidade Jurídica de cada Sindicato.
- 2.-Manter relações de amizade e cooperação com vantagens recíprocas.
- 3.-Troca de experiências em matéria Sindical, com visitas periódicas.
- 4.-Formação dos nossos dirigentes e

Sindicalistas de base em Portugal, na matéria de legislação laboral, económica e sindical.

- 5.-Explorar áreas de interesse para possível investimento em acções de apoio social aos filiados, como retorno da quota sindical a base.
- 6.-Criar mecanismos para a captação de apoios financeiros, junto das organizações internacionais e outras de âmbito Regional.
- 7.-Facilitar a aquisição de material, de artigos e de outros meios modernos de interesse Sindical.
- 8.-Criar projectos para incentivar o Turismo – Sindical.
- 9.-Divulgar as acções que cada Sindicato realiza, para conhecimento dos filiados do outro Sindicato, permitindo a familiarização dos nossos associados.
- 10.-Projectar a imagem do Sindicato na arena Internacional.



Santana Castilho

In "Público" de 2.1.14

Um abraço aos professores portugueses

Há crónicas que nascem de jacto, outras que se arrastam. Comecei por ensaiar uma retrospectiva sobre o ano que terminou. Abandonei. Digitei linhas e linhas sobre o ano que vai seguir-se. Não gostei. Parei e recordei. Porque é mau que percamos a memória colectiva. Recordei escolas fechadas aos milhares, Portugal interior fora.

Recordei os protestos, onde hoje vejo esquecimento. Recordei as falsas aulas de substituição, com que Maria de Lurdes Rodrigues iniciou a proletarianização dos professores. Perdeu em tribunal mas abriu um caminho sinistro. E hoje vejo Crato, oportuno, trilhá-lo com zelo.

Recordei a divisão dos professores em titulares e outros. Caiu a aberração mas persiste a tentação. De que outra forma se explica a disponibilidade para examinar colegas a três euros por cabeça?

Recordei o altruísmo anónimo por parte de professores, que testemunho há décadas, no combate nacional ao abandono escolar precoce. Vejo, atónito, o novo desígnio governamental de promover o abandono docente precoce.

Recordei a indignação nas ruas e a contemporização nos memorandos e nos entendimentos. E hoje vejo o desalento de tantos que descreditaram.

Recordei dois que acabam de partir e senti raiva por tantos que, vivos, são mortos para a profissão. E pergunto-me se, algum dia, muitos com nome responderão pelos futuros que destruíram.

Recordei a infame guerra em curso aos professores, a quem, em fartas partes, se deve o notório aumento das qualificações dos portugueses. Mau grado desencontros e desencontros.

Recordei dados recentes (2013 *Global Teacher Status Index*, *Varkey GEMS Foundation*) de um estudo que apurou a atitude das sociedades desenvolvidas relativamente aos seus docentes. E vi o estatuto social dos professores portugueses no último terço da tabela, bem atrás da maioria dos seus parceiros europeus. E vi, sem espanto, que apenas 12% dos portugueses encorajam os filhos a serem professores (o segundo pior resultado do universo estudado).

Recordei, a propósito, que a *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* realiza, cada quatro anos, dois estudos conceituados internacionalmente: o *TIMMS (Trends in International Mathematics and Science Study)* e o *PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study)*. Portugal participou na edição de ambos de 1995, tendo ficado nos últimos lugares do ranking. Ausente dos estudos de 1999,

2003 e 2007, voltou a ser cotado em 2011. Entre 50 países, ficou no 15º lugar em Matemática e 19º em ciências. Entre 45 países, foi 19º no *PIRLS*. Em valor absoluto, os resultados foram positivamente relevantes. Foram-no, ainda mais, em valor relativo: de 1995 para 2011, foi Portugal o país que mais progrediu em Matemática e o segundo que mais avançou no ensino das ciências; se reduzirmos o universo aos países da União Europeia, estamos na 12ª posição em ciências, 7ª em Matemática e 8ª em leitura; se ponderarmos estes resultados face ao estatuto económico e financeiro das famílias e dos estados com que nos comparamos, o seu significado aumenta e deita por terra o discurso dos que destratam os professores. Estes resultados, é bom e actual recordá-lo, são fruto do trabalho dos professores portugueses.

Recordei outro estudo, promovido por Joana Santos Rita e Ivone Patrão, investigadoras do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, segundo o qual metade dos professores portugueses sofre de *stress*, ansiedade e exaustão. E vi que as causas apuradas são o excesso de trabalho e de burocracia e a pressão para o sucesso. E vi, vejo, o que o ministro Crato tem por sucesso: caminhos que desprezam a natureza axiológica da Educação, tentando impor-lhe o modelo

de mercado, fora ela simples serviço circunscrito a objectivos utilitários e instrumentais, regulada apenas por normas de eficácia e eficiência. E recordei, então, uma carta a um professor, transcrita num livro de João Viegas Fernandes (*Saberes, Competências, Valores e Afectos*, Plátano Editores, Lisboa, 2001):

"... Sou sobrevivente de um campo de concentração. Os meus olhos viram o que jamais olhos humanos deveriam poder ver: câmaras de gás construídas por engenheiros doutorados; adolescentes envenenados por físicos eruditos; crianças assassinadas por enfermeiras diplomadas; mulheres e bebés queimados por bacharéis e licenciados..."

... Eis o meu apelo: ajudem os vossos alunos a serem humanos. Que os vossos esforços nunca possam produzir monstros instruídos, psicopatas competentes, Eichmanns educados. A leitura, a escrita e a aritmética só são importantes se tornarem as nossas crianças mais humanas". Basta um esforço ínfimo de memória para qualquer se aperceber de quanto deve aos professores. Chega uma réstia de inteligência para qualquer perceber que um ataque aos professores é um ataque ao futuro colectivo. Porque tenho a graça de ter voz pública, começo 2014 com um abraço aos professores portugueses. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção:direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

JORNADAS PEDAGÓGICAS 2014

Ações

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	Livros a Gosto	Dolores Cortés	Todos	31 de janeiro (6ª feira)	14h30 às 17h30	Sede do SPGL	25
2	Para lá do Texto! Workshop de Escrita Criativa(*)	Margarida Fonseca Santos	Todos	5 e 19 de fevereiro (4ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
3	Oficina de Danças Tradicionais Portuguesas (*) (a)	Cuca Pombeiro e Ana Paula Tavares (Acordeão)	Todos	26 de fevereiro e 12 de março (4ª feira)	17h30 às 20h30	Sede do SPGL	20
4	Sensibilização para as questões da Igualdade de género	CITE	Todos	27 de fevereiro (5ª feira)	10h00 às 17h30	Sede da CITE (Rua Viriato, nº 7 - Lisboa)	25
5	Oficina de Cerâmica no Atelier do Ceramista António Vasconcelos Lapa (*)	António Vasconcelos Lapa WWW.avlapa.com	Todos	14 e 28 de março (6ª feira)	14h00 às 18h00	Atelier (R. Coelho da Rocha 69 Pavilhão 13 - Campo de Ourique)	10
6	Projeto Curricular ou Plano de trabalho de turma?	Luisa Homem	Pré-escolar	17 de março (2ª feira)	10h00 às 17h30	Sede do SPGL	25
7	Oficina de Disciplina Positiva	Amélia Fleming	Todos	8 e 15 de maio (5ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
8	Origami: dobragens em papel	Ilda Rafael	Todos	20 de março (5ª feira)	14h30 às 17h30	Sede do SPGL	25

(*) Ações desdobradas em 2 dias – Certificado de participação será entregue no 2º dia

(a) É necessário roupa e sapatos (sapatilhas) confortáveis

Visitas

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
9	Lisboa Medieval: Percurso da Cerca Velha segundo a "crónica da conquista de Lisboa aos Mouros em 1147	Inez Marques	Todos	8 de fevereiro (sábado)	09h30 às 13h00	Elevador do Castelo de S. Jorge (Rua dos Fanqueiros, 170-175 – Lisboa)	30
10	Museu de Artes Decorativas Portuguesas e Oficina de artes e ofícios da Fundação Ricardo Espírito Santo	Técnicos do Museu	Todos	13 de fevereiro (5ª feira)	14h30 às 17h00	Fundação Ricardo Espírito Santo (Lg das Portas do Sol, 2 - Lisboa)	30
11	Exposição "Paisagem Nórdica do Museu do Prado" (1)	Técnicos do Museu	Todos	21 de fevereiro (6ª feira)	14h30 às 16h30	Entrada do Museu Nacional de Arte Antiga	20
12	Palácio, Jardins e adega do Marquês de Pombal (2)	Técnicos do Palácio e Enólogo da adega	Todos	15 de março (sábado)	09h30 às 13h00	Entrada do Palácio do Marquês de Pombal (Oeiras)	40
13	Património museológico de Belmonte (3)	Técnicos dos Museus	Todos	29 de março (sábado)	07h00 às 22h00	Entrada Principal do Jardim Zoológico	40
14	Rio acima no barco Varino "Liberdade" e Museu do Neorrealismo (4)	Técnicos da CMVFX e do Museu	Todos	10 de maio (sábado)	08h30 às 18h00	Entrada Principal do Jardim Zoológico	40

(1) Ao preço da inscrição acresce 3€ (entrada e visita guiada)

(2) Almoço facultativo a pagar no próprio dia da visita 20,00€

(3) Ao preço da inscrição acresce 27,50€ (transporte, visitas, passeio de comboio e almoço)

(4) Ao preço da inscrição acresce 12,50€ (transporte, visita e passeio de barco) Almoço facultativo a pagar no próprio dia da visita 17,50€

Regulamento

1. As Jornadas destinam-se a:

1º - Sócios do SPGL e de outros Sindicatos membros da FENPROF e professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.
2º - Professores/educadores não sócios.

2. Cada participante paga de inscrição, por Jornada, a seguinte quantia:

- 3,50€ sócios e os professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.
- 26,00€ não sócios.

3. O pagamento da inscrição destina-se a custear parte das despesas de organização.

4. No caso de não ter vaga em alguma das Jornadas pretendidas, o professor/educador será informado por escrito e ser-lhe-á devolvida a importância paga no ato da inscrição.

5. Não haverá lugar à devolução do pagamento da inscrição por motivo de desistência.

6. Custos adicionais (transporte, refeições, estadia, materiais, etc.) serão acrescidos ao custo da inscrição na Jornada.

7. No que se refere às Jornadas que impliquem custos acrescidos, estes serão devolvidos desde que o sócio comunique a sua desistência, sempre devidamente justificada, com pelo menos 15 dias de antecedência e haja outro sócio em lista de espera que o possa substituir.

8. O SPGL não se responsabiliza por qualquer acidente que possa ocorrer.

9. Em todas as Jornadas, serão entregues aos participantes uma ficha de presença, um certificado de frequência/participação e um inquérito de avaliação que deverá ser devolvido no final de cada Jornada.

10. Poderão ainda participar, nas visitas, familiares ou outros acompanhantes dos sócios, nas mesmas condições destes. Estas inscrições ficam condicionadas à existência de vagas.

11. Os interessados devem inscrever-se na Sede do Sindicato ou preencher uma ficha de inscrição e enviá-la, junto com o respetivo pagamento, até 15 dias antes da Jornada, para:

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - Rua Fialho de Almeida, Nº 3 – 1070-128 Lisboa

Podem ser obtidas informações pelo telefone: 213819177 ou utilizando para esse efeito o E-Mail: drlisboa@spgl.pt

Nota: informações mais detalhadas em www.spgl.pt – Jornadas Pedagógicas

Ficha de inscrição

Nº de entrada _____	Sindicato _____	Sócio <input type="checkbox"/> nº _____	Não sócio <input type="checkbox"/>	Familiar/acompanhante <input type="checkbox"/>	
Nome _____					
Morada _____					
Localidade _____ CP _____ - _____					
Tel: _____ Tm: _____ E-mail _____					
Escola _____					
Situação Profissional _____ Grau de ensino: _____ Particular <input type="checkbox"/> Público <input type="checkbox"/>					
Ações em que pretende participar:					
Ação nº <input type="text"/>	Ação nº <input type="text"/>	Ação nº <input type="text"/>	Ação nº <input type="text"/>	Ação nº <input type="text"/>	Ação nº <input type="text"/>
Inscrição por cada Jornada: Sócios do SPGL ou de outros Sindicatos da FENPROF - 3,50€; Não Sócios - 26€.					
PAGAMENTO:					
Transf Bancária <input type="checkbox"/> [NIB: 0036 0103 99100005430 42 (Montepio Geral) - enviar comprovativo transf. bancária juntamente com ficha de inscrição]					
Cheque <input type="checkbox"/> Cheque nº _____ Banco _____					
Numerário <input type="checkbox"/>					
Vale Postal <input type="checkbox"/>					
Valor _____ € [por extenso] (_____)					
NOTA: Indicar o seu NIB para eventual devolução, caso a(s) inscrição(ões) não seja(m) aceite(s).					
NIB: <input type="text"/>					
Enviar para: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa – Tel: 213819177					

Departamento de Professores e Educadores aposentados

Curso de Iniciação à Informática

1 – OBJETIVOS

1.1 - OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada. Pretende-se:

- Proporcionar aos participantes um curso de informática que desmistifique o computador como máquina complexa, apresentando-o como ferramenta facilitadora, objeto de lazer, comunicação e aproximação social;

- . Desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando *software* de formatação de texto (Word2003), browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail),

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Na ótica do utilizador, o formando deverá:

- . Identificar genericamente as componentes de um computador e o seu sistema operativo;
- . Diferenciar programas e documentos;
- . Reconhecer e aplicar as potencialidades fundamentais dos softwares *Word*, *Internet Explorer* e *Gmail*;

2 - DESTINATÁRIOS:

Esta formação destina-se a Docentes

aposentados ou no ativo, **sem ou com pouco domínio na área da informática.**

3 – DURAÇÃO – 24h

A ação decorrerá ao longo de 8 sessões, cada uma das sessões de 3h, perfazendo um total de 24h de formação.

4 - ORGANIZAÇÃO:

4.1 – LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3, Lisboa.

4.2 – DATAS

Terá início no dia 10 de março e termina no dia 2 de abril, às 2ª e 4ª feiras.

março - 10,12,17,19, 24, 26, 31 e 2 de abril

4.3 - HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

5 - CUSTOS

Sócios do SPGL e FENPROF - 30 €
sindicatos do MSU - 35€

Não sócios - 90 €

6 – INSCRIÇÕES até 17 de fevereiro de 2014

(limite 14 formandos)

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Ficha de Inscrição . CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

Nome: _____

NºSócio: _____/Sind. _____

Morada: _____

Tel: _____ Email: _____

Pagamento da inscrição: Cheque nº _____ Do Banco _____

No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo cheque, deverá ser enviada **até 17 de fevereiro**, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Para a frequência do curso **apenas serão informados os professores selecionados.**

Nota 3: Informações - Comissão de Aposentados – Maria Margarida tel.936362412

SPGL - Departamento de Professores e Educadores aposentados

3º Curso de conversação de Língua Inglesa

Formador: Dr. Raul Lourenço

1 - OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade do desenvolvimento do conhecimento da língua inglesa, com especial incidência na conversação sobre temas do quotidiano e questões que possam colocar-se a um viajante.

2 - DESTINATÁRIOS

Docentes aposentados ou no ativo com conhecimentos da língua inglesa.

3 – DURAÇÃO – A ação decorrerá ao longo de 15 sessões, de 2h cada, perfazendo um total de 30h de formação.

4 - ORGANIZAÇÃO

4.1 – LOCAL

Sede do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida, nº 3, Lisboa.

4.2 – DATAS

Terá início no dia 06 de março, às terças e quintas-feiras. Haverá interrupção nos dias feriados ou se coincidentes com outras atividades, programadas pelo Departamento, sem prejuízo do número total de horas.

4.3 - HORÁRIO

Das 14.30h às 16.30h

5 - CUSTOS

Sócios - 35€

Não sócios - 90€

6 – INSCRIÇÕES até 21 de fevereiro (limite 22 formandos)



SPGL – Departamento de Professores e Educadores Aposentados

SARAMAGO E O 25 DE ABRIL

6ª feira, 13 de dezembro, um dia diferente

Éramos meia centena e marcámos encontro, às 15:30 na porta da Casa dos Bicos, a **Fundação José Saramago**, que percorremos numa visita guiada com a nossa colega Maria Leiria, reencontrando a cada passo, história, memória e mundo, nas palavras incomparáveis do nosso Prémio Nobel. Tivemos a companhia da nossa amiga Eula Pinheiro, que conosco fez a “Viagem do Elefante”, e é autora da obra “*José Saramago: Tudo, Provavelmente, São Ficções; Mas a Literatura é Vida*” um livro indispensável para os que amam a obra de Saramago no dizer de Pilar Del Rio que nos sur-

preendeu agraciando-nos com a sua presença.

Subimos até à Rua da Misericórdia, a maior parte de nós a pé, debaixo de uma chuvinha que invadiu repentinamente a noite sem que nos molestasse, já que a temperatura deste outono se mantinha primaveril.

Jantámos na **Associação 25 de Abril**, com o entusiasmo de sempre, mobilizando-nos para as próximas lutas e para a necessidade, cada vez mais imperiosa, da defesa de Abril.

De cravos nas mãos, entrámos no **Teatro da Trindade** para assistirmos à peça “**A Noite**” de José Saramago, encenada por José Carlos Garcia com um elenco de atores que nos transmitiu o sentir e o pulsar das emoções dos personagens de quem vestiram a pele, de forma excepcional.

Aplaudimos de pé e lançámos os nossos cravos para as mãos dos atores que, com eles agradeceram os aplausos, uma, duas, três vezes. Uma senhora, que não era do grupo, perguntava ao marido: - Isto é sempre assim? - E nós pensámos: - que bom seria, se assim fosse!

Saímos a perguntarmo-nos se os jovens que assistem a esta peça sentem o mesmo que nós, sem as referências que nos pautaram a vida. Despedimo-nos com um até breve e com a certeza da resposta. Porque somos professores seremos sempre capazes de transmitir aquelas referências e essa passagem de testemunho fará sempre parte da nossa luta e da nossa vida. ■

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Ficha de Inscrição

Curso de conversação de Língua Inglesa

Nome: _____ NºSócio: _____

Morada: _____

Tel: _____ Telem: _____ Email: _____

Pagamento: Cheque nº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo cheque, deverá ser enviada **até 21 de fevereiro**, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Para a frequência do curso **apenas serão contactados os professores selecionados.**

Nota 3: Para esclarecimentos poderá contactar o Tel. 934230447

Legislação

- **Portaria 332-A/2013, 11/11**
Regulamenta o Programa de Rescisões por mútuo acordo de docentes integrados na carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
- **Dec. Lei 152/2013, 4/11**
Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.
- **Despacho 14293-A/2013, 5/11**
Define o calendário de realização da prova de conhecimentos e capacidades, as condições de aprovação e os valores a pagar pela inscrição, consulta e pedido de reapreciação da mesma.
- **Despacho 14788-A/2013, 14/11**
Cria e regulamenta procedimentos simplificados de avaliação e certificação de manuais escolares.
- **Despacho 15276/2013, 22/11**
Define o modo de entrega dos requerimentos sobre o programa de rescisões por mútuo acordo de docentes.
- **Aviso 14185-A/2013, 19/11**
É publicado o aviso de abertura relativo à inscrição dos candidatos para a realização da prova de conhecimentos e de capacidades para o exercício da função docente, no qual se explicitam os procedimentos a adotar, prazos de inscrição e locais de realização da prova.
- **Aviso 14712-A/2013, 28/11**
Altera o Aviso 14185-A/2013, 19/11.
- **Dec. Lei 146/2013, 22/10**
Procede à 12ª alteração do ECD e à 1ª alteração do D.L. 132/2012.
- **Dec. Lei 161/2013, 22/11**
Procede à 10ª alteração do D.L. 118/83, que regulamenta o funcionamento e o esquema de benefícios da ADSE

ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)

A T I V I D A D E S



Alguns momentos da programação de novembro



Abertura da Exposição de António Vasconcelos Lapa; momento musical com Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa



Disciplina Positiva, com Dr.ª Amélia Fleming



António Vasconcelos Lapa à conversa, sobre a sua obra, com alunos e professores

PROGRAMAÇÃO

A exposição de Pintura de Lúcio vai estar no Espaço António Borges Coelho entre 13.01.14 e 07.02.14. A inauguração tem lugar pelas 18h30 de 13.01, com apresentação do artista e obra a cargo de Hélder Castro; momento musical pelo coro do CCDT Metropolitano de Lisboa, Maestro João Crisóstomo.

A programação do mês de janeiro – já divulgada no EI-online – inclui ainda: Conversas Pedagógicas “meu livro quer outro livro”; Danças e Cantares Tradicionais Portugueses com moderação de Henriqueta Pombeiro e Teresa Santos; Conversa com o Pintor sobre a sua obra (alunos e professores); “Um poeta em casa” – Um serão de poemas e canções, da obra de Pedro Branco.



I – Faltas dadas para doação de sangue e socorrismo

II – Faltas dadas por doença prolongada

I – Tal como ficou referido nos dois últimos números deste espaço do “Escola/Informação”, o artigo 185º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro) estabelece, de forma taxativa, o elenco das faltas justificadas que os trabalhadores em funções públicas podem dar. De entre elas encontram-se, na sua alínea i), as dadas para doação de sangue e socorrismo, cujo regime é importante dar a conhecer pelo interesse manifestado pelos associados do SPGL nesse sentido. Assim, o artigo 191º do mesmo RGTFP determina que estas faltas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos dos trabalhadores. As faltas para doação de sangue encontram-se ainda tuteladas pelo Estatuto do Doador de Sangue, aprovado pela Lei nº 37/2012, de 27 de agosto que vem reproduzir o que os referidos normativos estabelecem quando prevê, no âmbito dos direitos do dador, que este se pode ausentar das suas atividades profissionais, para cumprir este ato cívico, pelo tempo necessário para o efeito, sem quaisquer perdas ou direitos (cfr. artigo 6º, nº 1, g) e artigo 7º, nº 5).

II – O artigo 185º d), do RCTFP, supra referido, integra também no elenco das faltas justificadas, as dadas por motivo de doença do trabalhador cujo regime já foi anteriormente objeto de tratamento nesta rubrica. Contudo, quando tais faltas decorrem de doença considerada incapacitante que exija tratamento oneroso ou prolongado, o seu regime contém algumas especificidades. Estas faltas encontram-se elencadas, de forma taxativa, no Despacho Conjunto A-179/89-XI, de 12 /09/89, publicado no DR, II Série de 22/09/89, enunciando-se, a **título meramente exemplificativo** (o que, por isso, não dispensa a respetiva consulta), as seguintes: sarcoïdose, tumores malignos, hemopatias graves, doenças graves e invalidantes do sistema nervoso

central e periférico e dos órgãos dos sentidos, etc. O regime destas faltas encontra-se previsto no artigo 49º, do DL nº 100/99, de 31 de março, aplicável ainda aos trabalhadores em funções públicas por decorrência do artigo 19º, da Lei nº 59/2008, até à regulamentação do regime de proteção social convergente. De acordo com o referido normativo do DL nº 100/99, as faltas em questão conferem aos referidos trabalhadores o direito à prorrogação, por mais 18 meses, do prazo máximo de ausência ao serviço por motivo de doença, que é de 18 meses, nos termos do artigo 38º do mesmo diploma legal. Ou seja, o trabalhador portador de doença incapacitante pode faltar, por esse motivo, até ao limite de 36 meses.

Por sua vez, o Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo DL nº 41/2012, de 21 de fevereiro vem estabelecer expressamente, no seu artigo 103º, c) que, para efeitos da respetiva aplicação, as faltas decorrentes de doença prolongada são consideradas ausências equiparadas à prestação efetiva de serviço. Esta previsão legal permite que estes docentes beneficiem do regime previsto, no artigo 40º, nº 6, do mesmo ECD, para efeitos de avaliação do desempenho. De facto, o nº 7 deste mesmo preceito estatutário, ao determinar que aos docentes que permaneçam em situação de ausência ao serviço equiparada a prestação efetiva de serviço que inviabilize a verificação do requisito de tempo mínimo para serem avaliadas se aplica o disposto no número anterior (nº 6), permite que os mesmos **sejam avaliados pela menção qualitativa que lhes tiver sido atribuída na última avaliação**.

Finalmente, é de relembrar que, para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre esta matéria, deverão os associados do SPGL dirigir-se aos seus serviços de apoio a sócios. ■



ett correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 877789

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 000202011CE
PODE ABERTAR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

SPGL . Rua Fialho de Almeida, nº 3
1070 - 128 LISBOA

NÃO À PROVA!
Basta de ofender os professores



SPGL

SINDICATO DOS
PROFESSORES DA
GRANDE LISBOA

Derrota da PACC (quase) definitiva

“Nestes termos, e pelas razões vindas de aduzir, julgo a presente providência cautelar procedente e, em consequência, determino a suspensão da eficácia do despacho n.º 14293-A/2013 do Ministro da Educação e Ciência, publicado no Diário da República n.º 214, suplemento, 2.ª série, de 5 de Novembro de 2013 e intimo a entidade requerida a abster-se de praticar qualquer acto conducente à realização da prova de avaliação de conhecimentos”.

Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto
(e TAF do Funchal, com sentença no mesmo sentido)

Vale a pena lutar!